



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA

JOSÉ FHANOEL DA SILVEIRA RIBEIRO

**CARLOS LACERDA, TRIBUNA DA IMPRENSA E O PTB NAS ELEIÇÕES
PRESIDENCIAIS DE 1950: FORÇAS POLÍTICAS EM DISPUTA**

BRASÍLIA
2018

JOSÉ FHANOEL DA SILVEIRA RIBEIRO

**CARLOS LACERDA, TRIBUNA DA IMPRENSA E O PTB NAS ELEIÇÕES
PRESIDENCIAIS DE 1950: FORÇAS POLÍTICAS EM DISPUTA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Departamento de História do Instituto de Ciências Humanas da Universidade de Brasília, por José Fhanoel da Silveira Ribeiro, como requisito para a obtenção do grau de Licenciado/Bacharelado em História, sob orientação da Prof.^a Dr.^a Ione de Fátima Oliveira.

Data da defesa oral: 07/12/2018

Prof.^a Dr.^a Ione de Fátima Oliveira
(Orientadora)

Prof.^a Dr.^a Diva do Couto Gontijo Muniz
(Membro da Banca)

Prof.^a Dr.^a Léa Maria Carrer Iamashita
(Membro da Banca)

BRASÍLIA
2018

DEDICATÓRIA

A Deus pelo dom da vida, por estar comigo incessantemente, guiando-me, intuindo-me, fortalecendo-me em todos os instantes de minha existência! À minha querida mãe, Euripidina, sempre companheira, amiga, conselheira, exemplo de fé, galhardia, força e amor. A meu querido pai, Luiz, por tanto incentivo, por tantas orações, sempre entusiasmado lutando por sua saúde e encontrando tempo para torcer por mim!

À querida avó Benta, à querida Mariazinha e ao querido Bartoldo por transbordarem abundante sabedoria, conselhos e caras elucidações compartilhados comigo!

À minha orientadora, professora Ione Oliveira, não apenas pelos motivos convencionais, do valioso apoio na condução deste trabalho, das incontáveis sugestões de materiais, de direcionamento, mas, principalmente, pela confiança depositada em mim desde o dia em que nos conhecemos em sua sala no Departamento de História.

A todos vocês amigos, mestres e companheiros que compartilharam tempo, energia, dedicação e experiências fundamentais à realização deste trabalho.

Toda e qualquer produção humana – uma cadeira, uma religião, um computador, uma obra de arte, uma teoria científica – tem por trás de si a contribuição de inúmeros homens, que, num tempo anterior ao presente, fizeram indagações, realizaram descobertas, inventaram técnicas e desenvolveram ideias, isto é, por trás de qualquer produção material ou espiritual, existirá sempre a História.

Ana Mercês B. Bock

RESUMO

Este estudo tem por objetivo a análise das críticas do jornalista e político Carlos Lacerda, através de seu jornal, **Tribuna da Imprensa**, direcionadas ao Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) nas eleições presidenciais de 1950. Tais críticas são centrais no que concerne aos entendimentos dos principais partidos da época – governistas e de oposição – visando à construção de sólidas alianças interpartidárias a fim de ganharem força política rumo à eleição de seus respectivos candidatos. O estudo examina o posicionamento de Lacerda a uma possível aproximação do PTB com o Partido Social Democrático (PSD); depois a concretização da aliança com o Partido Social Progressista (PSP); e conclui com a defesa da nulidade das eleições, onde é questionada a legitimidade da vitória do candidato petebista Getúlio Vargas, que, conforme alegava o jornalista, não obteve a “maioria absoluta dos votos”. Carlos Lacerda fundou em 27 de dezembro de 1949 o jornal **Tribuna da Imprensa**, tendo-o como ferramenta fundamental de oposição ao PTB e às forças políticas vinculadas ao getulismo, bem como meio fomentador para as propostas udenistas. Além da leitura da produção historiográfica sobre Lacerda, o jornal, a UDN, o PSD e o PTB, os artigos e editoriais publicados na **Tribuna da Imprensa** constituem fontes de pesquisa para a análise.

PALAVRAS-CHAVES: Carlos Lacerda; Lacerdismo; **Tribuna da Imprensa**; Aliança Partidária; PTB; Eleições Presidenciais.

ABSTRACT

This study aims to analyze the criticisms made by the journalist and politician Carlos Lacerda, through your newspaper **Tribuna da Imprensa**, directed to the Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) in the presidential elections of 1950. Such criticisms are central in relation to understandings of the major parties of the season – governistas and opposition – aiming at the construction of inter-firm alliances in order to gain political strength toward the election of their candidates. The study examines the position of Lacerda to a possible approximation of the PTB with the Partido Social Democrático (PSD); after the implementation of the alliance with the Partido Social Progressista (PSP); and concludes with the defense of nullity of the elections, which is questioned the legitimacy of the victory of the candidate petebista Getúlio Vargas, who, as claimed the journalist, not obtained the “absolute majority of the votes”. Carlos Lacerda founded on 27 December 1949 the newspaper **Tribuna da Imprensa**, taking it as a fundamental tool of opposition to the PTB and political forces linked to getulismo, as well as developers for the main proposals udenistas. In addition to the reading of the historiographical production about Lacerda, the newspaper, the UDN, PSD and the PTB, articles and editorials published in the **Tribuna da Imprensa** constitute research sources for the analysis.

KEYWORDS: Carlos Lacerda; Lacerdismo; **Tribuna da Imprensa**; Partisan Alliance; PTB; Presidential Elections.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	8
CAPÍTULO I - O FIM DO ESTADO NOVO E A RECONSTRUÇÃO DEMOCRÁTICA	
1.1 Lei Agamenon Magalhães: A formação dos primeiros partidos políticos durante o processo de redemocratização	11
1.2 A estrutura partidária nacional de poder: UDN, PSD e PTB	14
CAPÍTULO II - IMPRENSA E POLÍTICA: CARLOS LACERDA E O PESO DE SUA RETÓRICA	
2.1 O Lacerdismo e sua influência na UDN	23
2.2 Carlos Lacerda e o PTB: O início dos ataques na campanha dos “marmiteiros”	27
2.3 A criação do jornal Tribuna da Imprensa	30
CAPÍTULO III - AS CRÍTICAS DE CARLOS LACERDA À PARTICIPAÇÃO DO PTB NAS ELEIÇÕES PRESIDENCIAIS DE 1950	
3.1 As críticas iniciais: acordo ou rivalidade entre PTB e PSD rumo à Presidência da República?	36
3.2 As críticas à aliança PTB-PSP	42
3.3 O resultado da eleição: a vitória não veio por "maioria absoluta"	45
CONSIDERAÇÕES FINAIS	50
FONTES E REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	51

INTRODUÇÃO

O presente trabalho monográfico insere-se na retomada pelo interesse à História Política feita a partir das duas últimas décadas do século XX, sob a contribuição e influência da *École des Annales* que se propunha a ir mais além daquela visão positivista da história, como crônica de acontecimentos, substituindo o tempo breve da história dos eventos pelos processos de longa duração, com o objetivo de tornar inteligíveis as civilizações e as mentalidades, proporcionando, assim, novas perspectivas no estudo da participação da sociedade civil nos processos políticos, inerentes ao transcurso do desenvolvimento das civilizações¹.

Nesta perspectiva, para além dos temas tidos como tradicionais (os partidos e as eleições), vemos a importância de se analisar novos objetos como a opinião pública, a mídia e o discurso. No que concerne à mídia, esse retorno da História Política aponta positivamente para a imprensa e o jornalismo político, voltando, assim, a serem fontes ricas de pesquisa e proporcionando maior compreensão das representações políticas da sociedade como um todo, sobretudo nas democracias modernas².

Diante da abrangente e complexa gama de temas abordados pelo jornalista e político Carlos Lacerda, através de seu jornal **Tribuna da Imprensa**, este trabalho partiu – como todo trabalho acadêmico – de uma escolha/decisão criteriosa que, por consequência natural, privilegiou um determinado objeto de análise e desprezou os demais a sua volta, visando a alcançar um resultado específico, neste caso, as críticas feitas por Lacerda envolvendo o PTB nas eleições presidenciais de 1950.

Partindo do processo de restabelecimento do sistema democrático no Brasil iniciado com o fim do Estado Novo – sob influência dos valores democráticos com o término da Segunda Guerra Mundial –, observamos a consolidação da redemocratização com a vitória eleitoral do presidente Eurico Gaspar Dutra. A criação do sistema pluripartidário de bases nacionais, legalizada pela Lei Agamenon Magalhães de 28 de maio de 1945, propiciou o surgimento dos partidos políticos, dentre eles destacamos o PTB, o PSD e a UDN.

A UDN se organizou como uma frente partidária antagônica ao legado de Getúlio Vargas e tudo que o representava. Nascida de um movimento oposicionista de orientação conservadora baseava-se pela defesa da moralidade, das liberdades democráticas e da

¹ RÉMOND, René. **Por uma História Política**. Rio de Janeiro: Ed. FGV/UFRJ, 1996. Introdução.

² BERSTEIN, Serge. Os Partidos. In RÉMOND, René. **Por uma História Política**. Rio de Janeiro: Ed. FGV/UFRJ, 1996. P. 57-58.

legalidade. O PSD, partido de base governista e de centro, visava dar prosseguimento à política varguista, o chamado “continuismo”, por meio da permanência do poder nas mãos da elite agrária, herdeira do Estado Novo. O PTB, também sendo um partido que tinha como cerne Getúlio Vargas, possuía uma composição não contemplada pelo PSD: sua criação visava canalizar a força do trabalhador urbano, da classe operária e sindicalista corporativista, exaltando os direitos sociais como principal plataforma política.

O jornal **Tribuna da Imprensa**, criado pelo jornalista e político udenista Carlos Lacerda, foi inaugurado em 27 de dezembro de 1949 no Rio de Janeiro. A fundação do próprio jornal foi fruto de uma demissão que Lacerda havia sofrido quando colunista do **Correio da Manhã**. Após desentendimentos internos ele deu início ao seu projeto jornalístico e empresarial. É a partir deste periódico, a **Tribuna**, que analisamos os ataques e críticas mais duras feitas aos opositores daquele período, mais especificamente ao PTB e às alianças partidárias envolvendo os petebistas, tendo como propósito comum a ascensão ao Poder Executivo em 1950. Dessa forma, o jornal **Tribuna da Imprensa** é uma das fontes primárias utilizadas neste trabalho para o recorte temporal e temático proposto.

A relação de Lacerda para com seu jornal era de total entrega. Através da **Tribuna** ele imprimia e dava vazão ao que pensava, com total liberdade, sem nenhuma censura. Conforme Dulles, “Carlos parecia mais preocupado em escrever e pesquisar do que administrar o próprio jornal, não hesitando em passar dias e noites trabalhando a fim de que a **Tribuna** mostrasse a verdade”³. Dulles ainda infere que Lacerda constantemente reescrevia artigos de outros repórteres quando achava que podiam ser melhorados. E, além disso:

Sua dedicação era tanta que quando a notícia da vitória do Brasil numa partida da Copa do Mundo transformou o prédio da **Tribuna** num cenário de grandes festejos, ele simplesmente continuou a ditar como se nada tivesse acontecido⁴.

O interesse por estudar o personagem Carlos Lacerda, bem como seu jornal, surgiu de uma conversa informal que tive com a professora Léa Carrer no Departamento de História de nossa Universidade. Nos estudos e inúmeros textos que nós, graduandos, tivemos contato durante a disciplina História do Brasil 3, pudemos perceber o conturbado período político atravessado pelo Brasil com a transição do Estado Novo para a democracia, e nesse contexto,

³ DULLES, John W. F. **Carlos Lacerda**. A vida de um lutador (1914-1960). Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1992. P. 130.

⁴ Idem.

o emblemático Carlos Lacerda figurava sempre como irredutível opositor às forças governistas.

O senso comum sempre demonstrou descrédito ou mesmo descaso para com personagens que foram contrários a líderes carismáticos ou movimentos populares, tidos como sinônimo de progresso para uma determinada sociedade. Neste aspecto, foi despertado em mim a curiosidade e o desprendimento em conhecer mais de perto quem de fato foi “esse Lacerda que criticava todo mundo e era criticado por todos”, “esse cara que derrubava Presidentes” e que sempre ia “na contramão das massas”. Diante disso, a escolha pelo principal alvo político de suas críticas foi o PTB, que enquanto agremiação partidária encarnava exatamente o lado averso e antagônico de Lacerda.

Devido ao atual cenário político nacional brasileiro, onde vivenciamos há poucas semanas as campanhas e propagandas políticas para a escolha do futuro Presidente do Brasil, a temática dos acordos interpartidários foi um aspecto que despertou minha atenção. Todo o processo de candidatar-se a um cargo político, conseguir apoios partidários e propor um nome que consiga vencer as eleições motivou a minha pesquisa, voltando à atenção para essas alianças em 1950 e observando como Lacerda enxergava essa prática, como sua ótica de ferrenho opositor seria conduzida em se tratando do PTB.

Assim, nosso trabalho pretende elucidar alguns questionamentos: Por que a possibilidade de acordo entre o PTB e o PSD foi tão criticada? Por que a aproximação do PTB ao PSP não foi bem vista por Carlos Lacerda e qual a importância e motivação para o PTB aliar-se ao PSP? As críticas de Carlos Lacerda conseguiam suscitar modificações no cenário eleitoral? Os acordos interpartidários visavam a um entendimento comum em benefício do país ou eram uma estratégia apenas para se chegar ao poder? Por que Carlos Lacerda defendia acordos entre a UDN e o PSD e não entre o PTB e o PSD? E por fim, quais foram as justificativas de Lacerda para não aceitar o resultado das urnas por “maioria absoluta” e em que ele embasava seus argumentos?

A estruturação do trabalho está organizada em três capítulos. O primeiro trata do fim do Estado Novo para a reconstrução democrática destacando a Lei Agamenon Magalhães como instrumento legal para a formação dos primeiros partidos políticos (UDN, PSD e PTB).

O segundo capítulo disserta sobre o jornalista e político Carlos Lacerda, o movimento *Lacerdista* e sua influência na UDN; o início das discordâncias entre Lacerda e o PTB; e como se deu a criação do jornal **Tribuna da Imprensa**. O último capítulo narra as críticas de Lacerda – a partir da análise dos seus artigos e editoriais – à possível aliança entre PTB-PSD, entre PTB-PSP e aos resultados das urnas.

CAPÍTULO I - O FIM DO ESTADO NOVO E A RECONSTRUÇÃO DEMOCRÁTICA

1.1 Lei Agamenon Magalhães: A formação dos primeiros partidos políticos durante o processo de redemocratização

Para que possamos compreender a conjuntura e o cenário político-partidário vividos no Brasil na década de 1940, precisamos apresentar o contexto internacional no qual o país se inseria. O ano de 1945 marcou o término da Segunda Guerra Mundial (1939-1945) com a vitória dos países aliados (Estados Unidos, União Soviética, Império Britânico, China, Polônia e França), os quais estavam comprometidos diretamente – ainda que somente no terreno das ideias – com valores democráticos e pressupostos liberais, pela defesa dos direitos do cidadão, de livre escolha e livre opinião, ou seja, valores incompatíveis com a prática autoritária estadonovista brasileira em vigor desde 1937.

Como agente externo, a vitória dos aliados sobre o nazismo e o fascismo europeus refletiu significativamente na distensão, no enfraquecimento, senão na queda do Estado Novo, forçado (nacional e internacionalmente) a “adotar medidas que ‘abrandassem’ as práticas autoritárias por ele implementadas”⁵, fazendo com que uma nova ordem, a da democracia, assumisse lugar.

O governo estadonovista sentiu-se, então, compelido a acatar e adotar tais medidas transformadoras, alimentadas pelas fortes influências liberais democráticas que, como citado, varreram o mundo ao final da Segunda Guerra Mundial. O Estado Novo dava sinais expressivos de cansaço, sabia que estava esgotado, sem forças de permanecer no poder e, já que não havia mais possibilidades mínimas de manutenção, deveria, segundo seus interesses, adotar estratégias que pudessem nortear a direção do processo de transição, definindo regras e etapas que garantissem alguma eficácia para evitar o afastamento definitivo da figura de Getúlio Vargas do cenário político⁶.

A nova ordem nacional que assumiria o poder deveria, assim, além de preservar as conquistas materiais e simbólicas – política nacionalista, trabalhista e social –, herdadas do governo anterior, ater-se a algumas regras básicas: chamamento pelo Ato Adicional nº 9 de eleições diretas para a Presidência da República e proporcionais para o Parlamento Nacional,

⁵ DELGADO, Lucília de Almeida Neves. Partidos políticos e frentes parlamentares: projetos, desafios e conflitos na democracia. In FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (orgs). **O Brasil Republicano - o tempo da experiência democrática**: da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964. 5 Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013. V.3. P. 133.

⁶ Idem.

o qual voltaria as suas atividades de forma contínua e em seu primeiro ano de atuação (1946), com o presidente eleito Eurico Gaspar Dutra (graças ao apoio de Vargas), funcionaria como Assembleia Nacional Constituinte; e, por mais contraditório que pareça, o governo deposto exigia a implantação de um *sistema pluripartidário de bases nacionais*⁷. A este último ponto faz-se necessário um aprofundamento da questão.

Ao longo do período de autoritarismo do Estado Novo, várias medidas foram impostas visando a permanência e garantia de Vargas no poder (blindando tentativas oposicionistas), como a exclusão de qualquer partido da cena política nacional e o fechamento de todas as casas legislativas do país, desde as Câmaras de Vereadores nos municípios à instância federal com a Câmara dos Deputados e o Senado. A esse tipo de medida, como bem explica Norberto Bobbio, na tipologia dos sistemas políticos:

[...] são chamados de autoritários os regimes que privilegiam a autoridade governamental e diminuem de forma mais ou menos radical o consenso, concentrando o poder político nas mãos de uma só pessoa ou de um só órgão e colocando em posição secundária as instituições representativas. Nesse contexto, a oposição e a autonomia dos subsistemas políticos são reduzidas à expressão mínima e as instituições destinadas a representar a autoridade de baixo para cima ou são aniquiladas ou substancialmente esvaziadas⁸.

Com isso, Delgado ressalta que a ausência de outros sistemas e legendas partidárias – direito implícito de uma *democracia eleitoral competitiva* – faz com que a representação da sociedade civil junto ao Estado fique limitada, quando não inviabilizada. Ou seja:

Quando os partidos estão postergados da cena política outros institutos peculiares e necessários à dinâmica da democracia política e à democracia eleitoral ficam automaticamente prejudicados. [...] A competição pluralista, que representa interesses regionais, ideológicos, econômicos, culturais, étnicos, entre outros, não alcança real possibilidade de expressão junto ao Estado. As liberdades de pensamento e organização são tolhidas⁹.

Em 28 de maio de 1945 foi, então, publicado no Diário Oficial da União, seção I, página 9.436, o Decreto-Lei nº 7.586, mais conhecido como “Lei Agamenon Magalhães” em homenagem ao então ministro da Justiça Agamenon Sérgio de Godoy Magalhães¹⁰, ex-interventor de Pernambuco. Tratava-se do novo Código Eleitoral brasileiro, o qual definia

⁷ DELGADO, Lucília de Almeida Neves. Op. Cit., P. 134.

⁸ BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de Política**. 11 Ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2010. P. 94.

⁹ DELGADO, Lucília de Almeida Neves. Op. Cit., P. 130.

¹⁰ Tribunal Superior Eleitoral > **Lei Agamenon**. Disponível em: <http://www.tse.jus.br/eleitor/glossario/termos/lei-agamenon>. Acesso: 20/07/2018.

uma série de normas e condições a serem observadas para validar a formação dos partidos políticos e de como se dariam as eleições (voto secreto e obrigatório; sufrágio universal, podendo mulheres votar pela primeira vez para presidente). O que mais chama a atenção (além do voto feminino) é que pela primeira vez adotou-se como condição obrigatória para o registro de qualquer agremiação partidária seu caráter exclusivamente nacional¹¹, com assinaturas de, no mínimo, dez mil eleitores distribuídos em pelo menos cinco estados, e previa o cancelamento do registro de agremiações que se colocassem contrárias aos “princípios democráticos”¹².

Isto é, o transcurso do processo autoritário para a redemocratização do país passava por uma transição “guiada” e “orientada” pelo próprio governo que estava, por um lado, sofrendo forte oposição; por outro lado, sendo fomentado por um movimento de apoio popular, conhecido como “Queremismo”. A implantação da Lei Agamenon Magalhães era uma poderosa ferramenta de legitimidade institucional, desta vez não social ou trabalhista, mas político-eleitoral. Era um passo estratégico para o surgimento do pluripartidarismo e, de fato, a porta estreita de entrada para legalmente se fundarem – após o fim da censura do Estado Novo – os primeiros partidos políticos nacionais no Brasil.

Entretanto, as articulações e negociações para a formação dos partidos são um pouco anteriores à Lei Agamenon Magalhães. Em 7 de abril, por exemplo, surgiu oficialmente a União Democrática Nacional (UDN)¹³, primeiramente não como um partido, mas como uma grande frente liberal-conservadora composta por diversos grupos políticos heterogêneos unidos pelo mesmo sentimento de aversão à política de Getúlio Vargas e ao Estado Novo, como veremos mais adiante. O ponto de importância a se destacar é que com a Lei Agamenon Magalhães houve uma reorganização das frentes e movimentos político-sociais, com formações de chapas conjuntas¹⁴ para que pudessem se enquadrar enquanto partidos.

Conjuntamente, a exemplo das forças antigetulistas (representadas principalmente pela UDN), emergidas do contexto de redemocratização iniciado em 1945, surgiram forças pró-getulistas: a primeira foi o Partido Social Democrático (PSD), reunindo, em seus quadros, os

¹¹ Importante esclarecer que este dispositivo visava não apenas a evitar uma excessiva fragmentação partidária, mas principalmente impedir o ressurgimento dos tradicionais partidos oligárquicos, que durante a Primeira República tinham bases essencialmente estaduais e defendiam um programa federalista e outros princípios daqueles derivados do liberalismo clássico.

¹² Câmara dos Deputados > Detalhes da Norma > **Decreto-Lei nº 7.586 de 28 de Maio de 1945**. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-7586-28-maio-1945-417387-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso: 25/07/2018.

¹³ BENEVIDES, Maria Victoria de Mesquita. **A UDN e o udenismo: as ambiguidades do liberalismo brasileiro (1945-1965)**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981. P. 23.

¹⁴ BENEVIDES, Maria Victoria de Mesquita. Op. Cit., P. 32.

ex-interventores do regime anterior, alguns segmentos da classe média urbana e, principalmente, representantes das oligarquias estaduais¹⁵, atuando numa tentativa de centralizar as forças políticas tradicionais locais em uma estrutura partidária nacional. Por fim, o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) nasceu ao mesmo tempo em que o PSD, mas com uma tentativa de reunir os segmentos que eram identificados como as bases fundamentais do regime e que foram excluídas pelo PSD: os dirigentes sindicais e os trabalhadores. Ambos os partidos, PSD e PTB possuíam origem diretamente ligada a Getúlio Vargas, seu cerne.

Ou seja, a Lei Agamenon Magalhães estruturou os novos partidos, dos quais apenas três se sobressaíram com maior representatividade. O PSD, a UDN e o PTB foram determinantes na competição eleitoral e nas coligações políticas no âmbito nacional, construindo, de acordo com Lucília Delgado, uma triangulação estrutural de poder e de disputa pelo poder¹⁶.

1.2 A estrutura partidária nacional de poder: UDN, PSD e PTB

A UDN nasceu de um movimento de orientação conservadora com uma bandeira política bem definida: a recuperação das liberdades democráticas. Com um elenco de integrantes bastante variados, nas palavras de Maria Benevides,

[...] como seria possível fundar um partido nacional, razoavelmente coeso, se nada mudara na política dos estados, se permaneciam as rivalidades regionais, os ressentimentos pessoais, a oligárquica intransigência dos grupos sociais? Somente a polarização em torno de um inimigo comum, ou herói comum. A futura UDN os tinha, ambos¹⁷.

Criada oficialmente em 7 de abril de 1945¹⁸, a polarização direcionada em torno desse inimigo comum – Getúlio Vargas – foi o elo preciso para a condensação de um movimento em partido que agrupava desde setores oligárquicos até representantes da burguesia liberal urbana, elementos da esquerda não comunista (na maioria, socialistas antigetulistas), além de

¹⁵ DELGADO, Lucília de Almeida Neves. Partidos políticos e frentes parlamentares: projetos, desafios e conflitos na democracia. In FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (orgs). **O Brasil Republicano - o tempo da experiência democrática**: da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964. 5 Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013. V. 3. P. 139.

¹⁶ DELGADO, Lucília de Almeida Neves. Op. Cit., P. 135.

¹⁷ BENEVIDES, Maria Victoria de Mesquita. Op. Cit., P. 24.

¹⁸ FERREIRA, Jorge. A democratização de 1945 e o movimento queremista. In FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (orgs). **O Brasil Republicano - o tempo da experiência democrática**: da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964. 5 Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013. V. 3. P. 20.

comunistas dissidentes da linha oficial do Partido Comunista Brasileiro (PCB)¹⁹. Todos com um único objetivo: apressar a queda do regime estadonovista já com a possível solução apresentada com a candidatura do brigadeiro Eduardo Gomes – o herói comum – nas eleições presidenciais que se desenhavam para 2 de dezembro de 1945.

O “partido do Brigadeiro” o elege por personificar em sua figura aspectos e qualidades “ideias” para se estar a frente de uma nação: além de possuir alta patente militar, tinha a imagem de herói, tradição em lutas pela democracia, virtudes cristãs e cívicas e um “nome limpo”²⁰, ou seja, o ideário perfeito na concepção dos udenistas, o contraponto a Vargas.

Dos diversos grupos que compunham esse “conjunto de liberais” da UDN, basicamente limitado às elites (em sua maioria, bacharéis de diversas formações), Benevides tipifica que eles podem ser separados em cinco categorias: os oligarcas derrotados de 1930; os antigos aliados que foram marginalizados até 1937; aqueles aliados que se afastaram durante o Estado Novo; grupos liberais identificados com políticas regionais; e parte da esquerda (que havia rompido com o PCB de Luís Carlos Prestes)²¹.

Forte foi sua influência em estados como Minas Gerais, Rio de Janeiro (Distrito Federal), Bahia, Paraíba, Rio Grande do Norte, Pernambuco e Ceará. Pela relação de seus membros fundadores, presentes em uma extensa lista de três páginas, com total de 73 nomes²², é possível notar quais grupos sociais apoiavam a ideologia udenista. Dos assinantes da ata de fundação destacamos alguns nomes como Adhemar de Barros (que depois se desligou da UDN para fundar o Partido Social Progressista – PSP), Belmiro Medeiros, Waldemar Ferreira, Heitor Beltrão, José Eduardo de Prado Kelly (presidente da OAB na década de 1950), Virgílio de Mello Franco, Maria Luiza Bittencourt, Maria Rita Soares de Andrade, Carmem Portinho (as três únicas mulheres integrantes na fundação) e Maurício de Lacerda (pai do jornalista Carlos Lacerda).

Quer dizer, a quase totalidade era integrada de indivíduos pertencentes à elite ou de classe média. Considerando a profissão, a nacionalidade e o status civil como informações “pertinentes” ao lado do nome de cada membro, não contemplava nesta relação a classe trabalhadora e/ou operária, onde o único “lavrador” presente era o Sr. Virgílio de Mello Franco, advogado, político e jornalista, além de fazendeiro²³.

¹⁹ FERREIRA, Jorge. A democratização de 1945 e o movimento queremista. Op. Cit., P. 21.

²⁰ BENEVIDES, Maria Victoria de Mesquita. Op. Cit., P. 42.

²¹ BENEVIDES, Maria Victoria de Mesquita. Op. Cit., P. 29.

²² Tribunal Superior Eleitoral > Registro Partidário > Histórico > **União Democrática Nacional**. Disponível em: http://www.tse.jus.br/hotsites/registro_partidario/udn/arquivos/Fundadores.pdf. Acesso: 25/07/2018.

²³ SOARES, Gláucio Ary Dillon. **A democracia interrompida**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2001. P. 95.

Um dos membros filiados à UDN desde 1945, presente na comissão de fundação do partido²⁴, o jornalista Carlos Lacerda, fundou em 27 de dezembro de 1949 o jornal **Tribuna da Imprensa** tendo-o como ferramenta fundamental de oposição ao PTB e às forças políticas vinculadas ao getulismo, bem como meio fomentador para as principais propostas udenistas.

Partido incisivo e de discursos ásperos e pomposos, conviveram na UDN teses liberais e autoritárias, progressistas e conservadoras. Era contra o estado de arbítrio e favorável à liberdade de imprensa e de associação, às eleições livres e ao sufrágio universal²⁵. Contudo, contradições em seu doutrinário e cisões acompanharam a história udenista. O partido que vota contra a cassação dos mandatos dos parlamentares comunistas em 1947²⁶ é o mesmo que depois denuncia a “infiltração comunista” na vida pública; ou quando defendia a democracia nas eleições e depois contestava, tentando impugnar os resultados ao perceber sua derrota. Tais características marcaram-na fortemente e ajudam a explicar sua exacerbada associação com o anti-populismo.

O PSD se configurou como um partido de base governista e de centro, sendo organizado dentro de uma estratégia que visava dar prosseguimento à política varguista, de “continuidade na transformação”²⁷, por meio da permanência do poder nas mãos da elite oligárquica que era herdeira do Estado Novo. De acordo com Soares, essa característica centrista tomada pelo partido explicaria sua hábil capacidade para negociação entre as mais diversas linhas de opinião, tanto à direita, quanto à esquerda. Assim como a UDN, era conservador, entretanto, ao contrário desta, seus membros eram conciliadores natos e adotavam postura pragmática frente a suas táticas de governo, o que lhes permitiu contornar diversas crises políticas²⁸.

Fundado em 17 de julho de 1945, em seu estatuto ressaltam-se diretrizes basilares de seu programa a serem seguidos por seus representantes eleitos, na seguinte ordem: Administração Geral e Financeira, Ordem Externa e Interna, Organização Social, Economia

²⁴ BENEVIDES, Maria Victoria de Mesquita. **A UDN e o udenismo: as ambiguidades do liberalismo brasileiro (1945-1965)**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981. P. 37-38.

²⁵ BENEVIDES, Maria Victoria de Mesquita. Op. Cit., P. 25.

²⁶ NEGRO, Antonio Luigi; SILVA, Fernando Teixeira da. Trabalhadores, sindicatos e política (1945-1964). In FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (orgs). **O Brasil Republicano - o tempo da experiência democrática: da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964**. 5 Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013. V. 3. P. 59-60.

²⁷ DELGADO, Lucília de Almeida Neves. Partidos políticos e frentes parlamentares: projetos, desafios e conflitos na democracia. In FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (orgs). **O Brasil Republicano - o tempo da experiência democrática: da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964**. 5 Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013. V. 3. P. 131.

²⁸ SOARES, Gláucio Ary Dillon. Op. Cit., P. 94.

Nacional, Trabalho e Previdência, Saúde e Assistência, Educação e Cultura, e Sistema de Viação²⁹, cada uma com seus itens e subitens específicos.

Percebemos com estas diretrizes um viés democrático, mas por meio de um Estado intervencionista, participativo e detentor do controle, com ênfase, por exemplo, na redução das desigualdades sociais, regulação da economia e postura amigável à entrada de capital estrangeiro. Além disso, é possível notar a tradicional defesa da moralidade ao manter as relações próximas com a Igreja como base da formação cidadã (núcleo familiar). Relacionados ao trabalho e à indústria, o programa do PSD era explícito na manutenção da “mais avançada legislação social do mundo”³⁰, a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), colocada em vigor por Getúlio Vargas em maio de 1943. Tendo posições mais fluidas em comparação aos demais partidos, o PSD transitava bem entre o Liberalismo e o Desenvolvimentismo, mas dificilmente patrocinava bandeiras Socialistas, a não ser as que fossem compartilhadas de alguma forma com seu aliado de primeira hora, o PTB, ou seja, Trabalhistas (embora optasse pelo distanciamento do conjunto de ideias trabalhistas).

A elite oligárquica, integrante do Partido Social Democrático, já possuía raízes na própria máquina administrativa, tanto em nível federal quanto nas interventorias em nível estadual, fazendo com que seu nascimento já possuísse, por si só, características significativamente positivas para o sucesso eleitoral, com meio caminho andado em relação aos demais. Esse aspecto explica como o PSD se fez valer em um dos maiores partidos políticos ao longo dos anos em que existiu, garantindo vitória para os pessedistas desde o âmbito municipal ao federal, com dois presidentes eleitos (1945 e 1955). Ou seja, mesmo antes de sua fundação, seus futuros membros já controlavam sólida infraestrutura administrativa e igualmente clientelista nos diferentes estados da federação³¹.

Fazia parte de sua organização os ex-interventores do governo estadonovista, principalmente aqueles mais próximos a Vargas, como Benedito Valadares, de Minas Gerais; Agamenon Magalhães, de Pernambuco; Amaral Peixoto, do Rio de Janeiro; e Nereu Ramos de Santa Catarina, além de outros segmentos que colaboraram com Vargas, como proprietários rurais, industriais ligados ao desenvolvimentismo, funcionários públicos e comerciantes. De sua ata de fundação³² constavam ainda importantes nomes como Israel Pinheiro, Carlos Luz, José Bias Fortes, Juscelino Kubitschek, Heitor Moniz, Cylon Rosa,

²⁹ CHACON, Vamireh. **História dos partidos brasileiros**: discurso e práxis dos seus programas. 3 Ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998. P. 429-446.

³⁰ NEGRO, Antonio Luigi; SILVA, Fernando Teixeira da. Op. Cit., P. 51.

³¹ DELGADO, Lucília de Almeida Neves. Op. Cit., P. 139.

³² Tribunal Superior Eleitoral > Registro Partidário > Histórico > **Partido Social Democrático**. Disponível em: http://www.tse.jus.br/hotsites/registro_partidario/psd/arquivos/fundadores.pdf. Acesso: 31/07/2018.

dentre outros. Um dos maiores líderes do PSD foi o carioca Amaral Peixoto³³, presidindo-o de 1951 a 1965, quando da extinção do partido pelo Ato Institucional nº. 2.

Ao contrário da UDN e do PSD, que tiveram nascimentos oriundos das elites e forças dirigentes do regime anterior, o PTB nasceu com os dois pés fincados na força do trabalhador urbano, da classe operária e sindicalista corporativista, exaltando os direitos sociais como principal plataforma, as bases fundamentais do Estado Novo. O partido torna-se o veículo de transmissão e propagação das ideias e conquistas apresentadas ao povo brasileiro durante aquele período e a garantia para que as leis trabalhistas fossem preservadas estava como uma de suas principais preocupações. Assim como o PSD, configurava-se um partido governista, mas como já explicitado, de bases sociais distintas.

Intimamente relacionada ao governo estadonovista, é em função da ideologia do *trabalhismo* – alardeada principalmente pelos meios de comunicação coordenados pelo Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) e pelo próprio presidente – que se reforça e ganha corpo um movimento de opinião pública favorável a Getúlio Vargas: o *getulismo*. Trabalhismo e getulismo são, assim, expressões intercambiáveis, que se complementam durante esse período, à medida que a defesa e os avanços do trabalho são diretamente associados à imagem do chefe do governo e líder fundador do partido. Por isso, importa enfatizar que a construção do personalismo político proveniente da figura de Vargas, o “pai dos pobres” para os petebistas e trabalhadores, foi estratégia fundamental para a configuração do Partido Trabalhista Brasileiro³⁴.

Fundado oficialmente a 26 de março de 1945³⁵, a origem do PTB insere-se no contexto dos desdobramentos das manifestações e reivindicações dos trabalhadores, que tiveram o seu auge ao sair às ruas em defesa pela preservação da legislação trabalhista e seus benefícios sociais. O apoio à permanência de Getúlio até a aprovação de uma nova constituição dá origem ao movimento conhecido como *Queremismo* – corrente favorável ao continuísmo – reforçando o “mito” Vargas. Que, por sua vez, recebendo amparo cauteloso de ferramentas estatais como o DIP e o Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio (MTIC), o movimento queremista passa a ser visto com olhos mais cautelosos, não mais como grupos de

³³ Sobre Amaral Peixoto, ver:

https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/biografias/ernani_amaral_peixoto. Acesso: 02/08/2018.

³⁴ GOMES, Ângela Maria de Castro; D'ARAÚJO, Maria Celina Soares. **Getulismo e trabalhismo: tensões e dimensões do Partido Trabalhista Brasileiro**. Rio de Janeiro: CPDOC, 1987. Disponível em: <https://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/6595/785.pdf>. Acesso: 20/07/2018.

³⁵ D'ARAÚJO, Maria Celina Soares. **Sindicatos, carisma e poder: o PTB de 1945-65**. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1996. P. 27.

arruaceiros, ignorantes, mas como movimento bem articulado, com propósitos e ideias claras, dando sentido de identidade política aos trabalhadores³⁶.

A criação do partido também estava relacionada ao necessário reforço de apoio – do PTB ao PSD – ao candidato oficial do regime estadonovista, o general Dutra, decidido a disputar o posto de presidente da República com o brigadeiro Eduardo Gomes, opositor liberal de Vargas. Nesse sentido, Ângela de Castro Gomes explica que:

O PTB nasce ao mesmo tempo que o PSD, já que ambos resultam da frustração de um projeto de ‘partido único de massas’, que vinha sendo acalentado entre setores da cúpula do Estado Novo, mas que não conseguira superar dificuldades políticas, sobretudo as que diziam respeito às alianças entre lideranças regionais e lideranças sindicais. [...] Dessa perspectiva, a criação desses dois partidos não resulta de um cálculo antecipado que procurava distinguir bases diferenciadas de apoio político à máquina estadonovista que, era esperado, iria sair de cena com o fim da Segunda Guerra Mundial e o alinhamento Brasil-USA. Ao contrário, o PSD e o PTB emergem como a solução pragmática possível num contexto em que as presenças de um significativo partido de oposição (a UDN), e de uma forte esquerda organizada (o Partido Comunista, PCB) forçava a tomada imediata de decisões políticas³⁷.

Logo, o PTB foi idealizado como uma solução prática, necessária e eficaz para o trabalhador brasileiro, que conseguisse alcançar maior parcela da população, falando a mesma linguagem, compartilhando dos mesmos ideais, mesmas aspirações, dos mesmos propósitos, o que não seria possível conseguir se concretizar com o PSD. O Partido Trabalhista era a agremiação que poderia moldar a consciência política da classe trabalhadora além de uma alternativa partidária que afastasse os trabalhadores do comunismo (visto o atraente engajamento político em expansão pelo Partido Comunista)³⁸. Alicerçando sua organização a partir das bases sindicais atreladas à burocracia do MTIC, seus principais quadros foram

³⁶ FERREIRA, Jorge. A democratização de 1945 e o movimento queremista. In FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (orgs). **O Brasil Republicano – o tempo da experiência democrática**: da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964. 5 Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013. V. 3. P. 18-19.

³⁷ GOMES, Ângela de Castro. **Uma breve história do PTB**. Rio de Janeiro: CPDOC, 2002. Conferência realizada no I Curso de Formação e Capacitação Política, em 12 de julho de 2002 na sede do PTB em São Paulo. Disponível em: <https://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/6769/1280.pdf>. Acesso: 20/07/2018.

³⁸ D'ARAÚJO, Maria Celina Soares. Op. Cit., P. 22.

retirados do mundo das relações de trabalho e dos trabalhadores sindicalizados³⁹ (como o empresário, líder queremista e deputado federal por São Paulo, Hugo Borghi⁴⁰).

Não obstante, inicialmente os petebistas tinham diferentes percepções acerca do papel e das funções de um partido trabalhista na política nacional. Por isso, a tentativa de transformar dirigentes sindicais corporativos em dirigentes partidários não foi simples nem fluída. Eram experiências organizacionais bem distintas, o que explica – nos primeiros momentos de existência – certa instabilidade e desorientação interna do partido⁴¹.

Dentre os partidos criados após a Lei Agamenon Magalhães, o PTB era a sigla que menos força possuía em níveis municipais e estaduais devido ao fato de ter emergido nacionalmente nos ajuntamentos trabalhistas. Ao passo que era significativo em estados como o Rio Grande do Sul, Amazonas e Rio de Janeiro, foi relativamente pequena sua influência em São Paulo, estado em que mais se concentrava operários e trabalhadores de todo o país⁴², ou seja, onde mais deveria exercer predomínio. Com acentuada presença em cidades de força de trabalho operária, o Partido Comunista do Brasil (PCB) foi o responsável por angariar o maciço apoio dos trabalhadores e desbancar o PTB em metrópoles como Santos e São Paulo.

A explicação para esse prestígio pode ser atribuída à sua capacidade de organização e mobilização que iam além dos palanques. Os comunistas tinham grande agilidade na organização de comitês e passeatas com o intuito de se envolverem diretamente nos problemas cotidianos dos moradores (educação, saúde pública, lazer, habitação etc.) o que, de fato, foi um grande diferencial nas urnas em detrimento aos petebistas⁴³, mas que não fez com que o PTB se tornasse um partido fraco, sendo este sempre uma força política chave nas grandes articulações partidárias. Pelo contrário, o PTB foi o partido que mais cresceu eleitoralmente de 1945 a 1962 – data das últimas eleições nacionais anteriores ao golpe militar de 1964⁴⁴.

No que tange às diretrizes de seu programa partidário, observando a distribuição de suas propostas, destacam-se pela seguinte sistemática: Reforma Constitucional (estritamente

³⁹ DELGADO, Lucília de Almeida Neves. Partidos políticos e frentes parlamentares: projetos, desafios e conflitos na democracia. In FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (orgs). **O Brasil Republicano - o tempo da experiência democrática**: da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964. 5 Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013. V. 3. P. 140.

⁴⁰ Sobre Hugo Borghi, ver: https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/biografias/hugo_borghi. Acesso: 05/08/2018.

⁴¹ D'ARAÚJO, Maria Celina Soares. Op. Cit., P. 21.

⁴² DELGADO, Lucília de Almeida Neves. Op. Cit., P. 141.

⁴³ NEGRO, Antonio Luigi; SILVA, Fernando Teixeira da. Trabalhadores, sindicatos e política (1945-1964). In FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (orgs). **O Brasil Republicano - o tempo da experiência democrática**: da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964. 5 Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013. V. 3. P. 55.

⁴⁴ D'ARAÚJO, Maria Celina Soares. Op. Cit., P. 15.

relacionada a não redução dos direitos dos trabalhadores); Manutenção da Unidade Nacional (defesa do regime democrático e do voto universal); Legislação Social (defesa e aprimoramento da CLT com amparo aos trabalhadores rurais); Justiça do Trabalho (direito ao trabalho, salário razoável e jornada de oito horas); Aprimoramento Profissional e Intelectual dos Trabalhadores (ampliação de oportunidades de acesso à formação cultural); Autonomia das Entidades Sindicais (desenvolvimento e prestígio do movimento trabalhista); Segurança Social (proteção aos trabalhadores e às suas famílias; aumento do nível de vida da população); Formação da Nacionalidade (bem-estar infantil, educação primária obrigatória e gratuita); Transportes; Indústrias; Comércio; Imigração⁴⁵, entre outras.

Ou seja, dentre todos os temas de sua plataforma, a atenção para com questões sociais é latente. A ênfase, a preocupação e o cuidado em preservar toda a conquista social trabalhista herdada desde 1931 com Vargas é fator diferencial para o PTB, o que ajuda a explicar sua grande estima popular.

De seus membros⁴⁶, destacamos lideranças exponenciais que contribuíram a alavancar o PTB como: Agamenon Magalhães, ministro da Justiça; Marcondes Filho, ministro do Trabalho; José de Segadas Viana, diretor do Departamento Nacional do Trabalho (DNIT) e peça central na fundação do partido; Dalton Coelho, Hugo Borghi e Baeta Neves, este último como presidente do partido desde sua primeira convenção, e, em 1948, é Getúlio Vargas quem passa a presidir a agremiação⁴⁷.

Assim, dos traços mais gerais que propiciaram o eixo básico do sistema partidário a partir da fase de *reconstrução democrática*, com a Carta Constitucional de 1946, ressaltamos alguns pontos que merecem relevo. Em meio a transformações – evoluções e crises –, no momento em que os partidos precisavam atrair mais setores populacionais, em vez de se limitarem aos grupos de elite, a liderança do governo estadonovista se garantiu no processo de democratização via PSD, ao passo que a UDN incorporou justamente as lideranças oposicionistas nos estados, lideranças essas elitistas. Além disso, tanto este como àquela eram detentores de amplas bases rurais. O PTB, por sua vez, também organizado pela máquina administrativa do Estado Novo, trabalhou fortemente por incorporar a clientela urbana

⁴⁵ CHACON, Vamireh. **História dos partidos brasileiros**: discurso e práxis dos seus programas. 3 Ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998. P. 467-484.

⁴⁶ GOMES, Ângela Maria de Castro; D'ARAÚJO, Maria Celina Soares. **Getulismo e trabalhismo**: tensões e dimensões do Partido Trabalhista Brasileiro. Rio de Janeiro: CPDOC, 1987. Disponível em: <https://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/6595/785.pdf>. Acesso: 06/08/2018.

⁴⁷ Esclarecemos que, ao contrário da UDN e do PSB, não constam nos arquivos do Tribunal Superior Eleitoral, no campo Registros de Partidos Políticos 1945 a 1979 os estatutos, lista de fundadores, diretórios e demais documentos pertinentes à criação do PTB.

sindical corporativa angariando expressivo apoio popular⁴⁸. Logo, no transcurso dos acontecimentos, vemos uma perda de representatividade dos partidos próximo ao pólo direitista-conservador (UDN e PSD) e, em contrapartida, uma ascensão do pólo esquerdista-reformista (PTB).

⁴⁸ CARVALHO, Eder Aparecido. PSD, UDN E PTB: os três grandes partidos da Terceira República. In **Revista Eletrônica de Ciências Sociais**. Ano I, Edição 01, Fevereiro/2007. Disponível em: <https://csonline.ufjf.emnuvens.com.br/csonline/article/view/346>. Acesso: 25/10/2018.

CAPÍTULO II - IMPRENSA E POLÍTICA: CARLOS LACERDA E O PESO DE SUA RETÓRICA

2.1 O Lacerdismo e sua influência na UDN

Carlos Frederico Werneck de Lacerda⁴⁹ foi, sem dúvidas, um grande personagem da política brasileira. Caracterizado por seu estilo discursivo virulento e radical iniciou sua carreira jornalística como articulista no **Diário de Notícias**, produzindo artigos sobre educação ao lado de Cecília Meireles. Esse foi seu primeiro passo profissional para desempenhar projeção como arguto escritor. Anos mais tarde, de 1946 a 1949, trabalhou no **Correio da Manhã**. Inicialmente como *free-lancer*, ficando depois responsável pela assinatura de uma seção intitulada *Na Tribuna da Imprensa*, uma espécie de “crônica da Constituinte”⁵⁰ que não fosse só uma crônica política, mas também uma reportagem, uma espécie de comentário sobre a vida nacional”⁵¹. Seria este o trampolim de onde daria seus primeiros saltos rumo à política partidário-eleitoral⁵².

Desta seção surgiria, em fins de 1949, quando de seu afastamento do matutino **Correio da Manhã**, a criação do próprio jornal, o homônimo **Tribuna da Imprensa**, um dos objetos de análise deste trabalho acadêmico.

Lacerda possuía uma peculiar forma de expressar suas opiniões –, seja na escrita afiada ou como eloquente orador – quase sempre contrárias e oposicionistas aos governos brasileiros que vivenciara. Através de estrutura e linguagem jornalística própria, seus discursos foram marcados por ataques e acusações polêmicas, com aspereza característica que lhe renderam muitos adversários e inimigos. Seu moralismo e conservadorismo eram explícitos quando expunha ideias, por exemplo, acerca do prediletismo exacerbado pelo brigadeiro Eduardo Gomes, candidato à presidência pela UDN, em detrimento a Eurico Dutra

⁴⁹ Carlos Lacerda (Vassouras/RJ, 30/04/1914 - Rio de Janeiro, 21/05/1977) foi jornalista, político, empresário, cronista e escritor. Ao ingressar para a Faculdade de Direito do Rio de Janeiro na década de 1930 obteve contato com o marxismo e o positivismo, doutrinas que influenciaram diretamente em sua formação política futura. Participou do grupo articulador da Aliança Nacional Libertadora (ANL) contra o integralismo, o imperialismo e o latifúndio. Foi membro da Federação da Juventude Comunista, seguindo os passos do pai, Maurício, além dos tios Fernando e Paulo de Lacerda, ex-militantes do Partido Comunista do Brasil (PCB). Rompeu com os comunistas em 1939. Foi um dos principais líderes da União Democrática Nacional (UDN), deputado federal de 1947 a 1955 e governador do estado da Guanabara entre 1960-65. Fundou em 27 de dezembro de 1949 o jornal **Tribuna da Imprensa**, seu principal veículo de defesas e ataques políticos. FGV-CPDOC. **Carlos Lacerda**. Ver: <https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/brasil/dhbb/Carlos%20Lacerda.pdf>. Acesso: 09/08/2018.

⁵⁰ Lacerda referia-se neste momento à cobertura da Constituinte instaurada em fevereiro de 1946.

⁵¹ LACERDA, Carlos. **Depoimento**. 3 Ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1987. P. 30.

⁵² MOTTA, Marly Silva. Carlos Lacerda: de demolidor de presidentes a construtor de estado. In **Nossa História**. Rio de Janeiro: FGV-CPDOC, 2005. Ver: https://cpdoc.fgv.br/producao_intelectual/arq/1677.pdf. Acesso: 10/08/2018.

e Getúlio Vargas, seus opositores pelo PSD e PTB respectivamente. Ressalta-se que a participação de Lacerda na campanha presidencial em 1950 – através principalmente de seu jornal – consistiu mais em atacar os seus adversários do que listar as qualidades do candidato Eduardo Gomes da UDN.

Não havia para Lacerda parcialidade ou a busca pelo consenso, mas sim o confronto direto. A marca de Carlos Lacerda consistia na impossibilidade do diálogo amistoso, era “tudo ou nada”, sem “meios termos” ou “mais ou menos”. Tratando da política como uma batalha, só havia possibilidade de existir vencedores ou derrotados, sem espaço para acordos⁵³.

Compreender o jornalista e o político Carlos Lacerda é imprescindível para conhecermos um pouco mais a política brasileira do período proposto e, mais além, compreendermos como um “simples jornalista” reuniria relevância e expressão a ponto de seu nome participar de um movimento político – o *Lacerdismo* –, sendo antagônico ao *Getulismo*, construído em torno da liderança de Getúlio Vargas⁵⁴. Entretanto, este trabalho não se trata de uma biografia. A ideia proposta é conhecer o “Lacerda jornalista” e como este se relacionava com o “Lacerda político” e para isso usaremos, sobretudo, o seu jornal **Tribuna da Imprensa**.

A função da imprensa, sobretudo nas décadas de 40 e 50, para a construção e formação da opinião pública assumiu um fator de importância, acompanhada com atenção pela população, onde os jornalistas, bem como intelectuais, exerciam forte influência sob seus leitores, levando à esfera pública os embates políticos, econômicos, sociais etc. Neste contexto, a atuação de Lacerda em seu jornal **Tribuna da Imprensa** representava o lado mais radical e contrário (e personalista) aos governos nacional-desenvolvimentistas, defendendo o espírito legalista da UDN. Como aponta Ana Maria Laurenza:

O alcance da **Tribuna da Imprensa** em sua oposição a Getúlio Vargas só se explica por outros elementos alheios às qualidades editoriais e de veiculação do jornal [...] Sustentava-se, apenas, na figura polêmica de Carlos Lacerda e seu texto inflamado. Esse jornal, da Rua do Lavradio, era a tribuna literal de Lacerda, e um instrumento para negociar com o governo as posições engendradas no seio da UDN⁵⁵.

Compartilhando da mesma ideologia elitista, a marca do Lacerdismo se misturava ao discurso udenista à medida que o clima de instabilidade política nacional se acentuava.

⁵³ DULCI, Otávio Soares. **A UDN e o Anti-populismo no Brasil**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1986. P. 108.

⁵⁴ DELGADO, M. Paiva. **“O golpismo democrático”**: Carlos Lacerda e o jornal Tribuna da Imprensa na quebra da legalidade (1949-1964). Dissertação de Mestrado. Juiz de Fora: UFJF, 2006.

⁵⁵ LAURENZA, Ana Maria de Abreu. **Lacerda X Wainer** - o Corvo e o Bessarabiano. 2 Ed. São Paulo: Editora Senac, 1998. P. 156.

Lacerda foi hábil ao fazer de seu jornal um dos principais palcos políticos da UDN na imprensa. Sendo fundador e proprietário – além de diretor e editor –, sua margem de liberdade para atuação era bem vasta, onde o lugar de fala do jornalista e político udenista se encontrava e reverberava em uníssono (o que de fato era um diferencial entre os demais políticos que eram “apenas políticos profissionais”). Ou seja, Lacerda possivelmente foi o principal político de oposição a empregar a mídia como meio de persuadir a opinião pública contra os governos a que ele se opunha. O jornal **Tribuna da Imprensa** torna-se, então, um instrumento de grande alcance para a construção de um discurso radicalmente oposicionista no que concerne às esquerdas, identificadas, mormente, com o comunismo, Getúlio Vargas e seus “herdeiros políticos”⁵⁶.

Dentro da UDN havia várias tendências, podendo ser assinaladas como a dicotomia udenista: uma unidade partidária convivendo com uma diversidade dissidente⁵⁷. Lacerda entraria em conflito com o secretário-geral do partido, deputado Virgílio de Mello Franco (1897-1948), e com a UDN “adesista” (ou seja, “vira casaca”, adesionista) quando do Acordo Interpartidário (PSD/PTB e UDN/PR) que visava dar apoio e sustentação ao governo Dutra⁵⁸. Além da proposta formal de Dutra sobre a tessitura de alianças, este ofereceria ainda à UDN dois postos em seus ministérios como barganha para futuro apoio recíproco: o deputado Clemente Mariani para o Ministério da Educação e o diplomata Raul Fernandes para o Ministério das Relações Exteriores.

Diante da boa aceitação por parte do presidente do partido udenista, o baiano Otávio Mangabeira (1886-1960), o qual via a aproximação com o governo como forma pragmática de auxiliar a consolidação democrática a fim de abrir possibilidades para a UDN na sucessão de Dutra⁵⁹, Carlos Lacerda posiciona-se totalmente contrário, defendendo veemente manter-se hostil e “livre de contaminação”⁶⁰.

O fato é que mesmo com a maioria dos diretores da UDN sendo favorável às propostas de Dutra, Lacerda demonstrou seu poder de influência e persuasão oposicionista. Era recorrente para Lacerda o tema da necessidade, da insistência em se constituir uma força

⁵⁶ DELGADO, M. Paiva. Lacerdismo: a mídia como veículo de oposição na experiência democrática (1946-1964). In **Locus, Revista de História**. Juiz de Fora, 2016. Ver: <https://locus.ufjf.emnuvens.com.br/locus/article/view/2703>. Acesso: 10/08/2018.

⁵⁷ BENEVIDES, Maria Victoria de Mesquita. **A UDN e o udenismo**: as ambiguidades do liberalismo brasileiro (1945-1965). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981. Introdução.

⁵⁸ DELGADO, M. Paiva. **As raízes do lacerdismo**: o antigetulismo de Carlos Lacerda do fim do Estado Novo à volta de Getúlio Vargas ao Palácio do Catete. Artigo UFJF. Ver: <http://www.ufjf.br/virtu/files/2010/05/artigo-7a17.pdf>. Acesso: 17/08/2018.

⁵⁹ DULCI, Otávio Soares. **A UDN e o Anti-populismo no Brasil**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1986. P. 91.

⁶⁰ DULLES, John W. F. **Carlos Lacerda**. A vida de um lutador (1914-1960). Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1992. P. 99-100.

democrática, vigilante⁶¹ e radical, contra a continuação do “trabalhismo getuliano”, ou seja, contra tudo o que o governo de Vargas representava. Lacerda não se refutaria em levar essa máxima ao limite, nem que para isso batesse de frente com seu próprio partido.

Em **Depoimento**, – obra que reúne mais de 30 horas de entrevistas concedidas por Carlos Lacerda ao editor Ruy Mesquita pouco antes da sua morte em maio de 1977 – Lacerda relembrou a origem de sua formação política, iniciada já no seio doméstico, que ajudaria a explicar sua trajetória futura marcadamente oposicionista, seu forte senso crítico, sua facilidade e engajamento para a escrita e para o discurso:

Fui criado num meio político. Ouvi falar de política em casa desde que me entendo por gente. Meu pai foi político a vida inteira, sempre de oposição e meu avô⁶² nessa época era um político em recesso, era ministro do Supremo, mas nem assim deixava de acompanhar pelo menos a política municipal de Vassouras. De sorte que a política era um assunto de todo dia. Talvez fosse um dos assuntos mais comuns, quer pela frequência de políticos lá em casa, quer pelos comentários dos jornais que muito cedo comecei a ler. No tempo de colégio a política era um excelente pretexto para 'matar aula'. Por exemplo, quando meu pai era vereador, e as aulas eram muito chatas, eu ia para a Câmara acompanhar os debates. Acho que aprendi mais lá do que nas aulas. Não aprendi matemática, mas aprendi um pouco mais de português, pelo menos. Depois, naturalmente, no clima da faculdade; a minha geração foi muito politizada desde cedo exatamente porque criada dentro da ideia de lutar contra a ditadura que então se prenunciava⁶³.

Ao se converter para o Cristianismo em 1947, Carlos Lacerda obteve influência (que contribuiria para a construção de seu caráter político) de alguns católicos conservadores como Gustavo Corção Braga, Alceu Amoroso Lima e o monge beneditino Dom Lourenço de Almeida Prado⁶⁴. Ou seja, a influência familiar, acadêmica e também religiosa que Lacerda conheceu ao longo de sua história de vida nos ajuda a compreender a figura que ele se tornou para o cenário político nacional, marcadamente por sua atuante presença conservadora/oposicionista na política e na imprensa. Sua voz ativa foi, de fato, um diferencial para as transformações políticas ocorridas durante o período de redemocratização vivido pelo Brasil.

⁶¹ Referência ao lema da UDN: “O preço da liberdade é a eterna vigilância”. FGV-CPDOC. **União Democrática Nacional (UDN)**. Ver: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/uniao-democratica-nacional-udn>. Acesso: 17/08/2018.

⁶² Sebastião Eurico Gonçalves de Lacerda foi nomeado ministro do Supremo Tribunal Federal em 5 de novembro de 1912. **Composição dos Ministros do Supremo Tribunal Federal**. Ver: <http://www.stf.jus.br/portal/ministro/verMinistro.asp?periodo=stf&id=100>. Acesso: 20/08/2018.

⁶³ LACERDA, Carlos. **Depoimento**. 3 Ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1987. P. 27.

⁶⁴ DULLES, John W. F. **Carlos Lacerda**. A vida de um lutador (1914-1960). Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1992. P. 115-116.

2.2 Carlos Lacerda e o PTB: O início dos ataques na campanha dos “marmiteiros”

O contato de Lacerda com o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) foi marcado por vários conflitos (assim como com os demais partidos e coligações de base governista), ataques, acusações e intrigas. A derrota de Eduardo Gomes em 1945 frustrou as expectativas de Lacerda em acabar com o legado varguista, o que gerou para ele uma profunda desconfiança no processo eleitoral e intensificou ainda mais suas críticas, denunciando sempre aquilo que ele considerava ser uma “democracia maculada pelas estruturas totalitárias, herdeiras do Estado Novo e do comunismo”. O ideário nacionalista, as reformas de base e os interesses dos trabalhadores – traduzidos no chamado trabalhismo getulista – alardeados pelo PTB e seus apoiadores eram abominados ferrenhamente por Lacerda⁶⁵.

Um dos acontecimentos decisivos que aprofundou o radicalismo e o desafeto de Lacerda para com o PTB esteve intimamente relacionado à derrota do Brigadeiro para o General Dutra. O deputado petebista, empresário e um dos líderes do Movimento Queremista, Hugo Borghi, foi o responsável pela derrota eleitoral de Gomes e consequentemente da UDN. Como explica Jorge Ferreira:

Atento aos discursos de Eduardo Gomes, Borghi, pela rádio, ouviu a seguinte frase: ‘Não necessito dos votos desta malta de desocupados que apoia o ditador para me eleger presidente da República’. Malta, para o Brigadeiro, seria o conjunto de trabalhadores que participou dos comícios queremistas, porque, em sua percepção política, recebeu dinheiro do Ministério do Trabalho para comparecer às manifestações pela continuidade de Vargas no poder. Borghi foi ao dicionário e leu: ‘Malta – agrupamento de lobos, conglomerado de má catadura, operários que percorrem as linhas ferroviárias levando suas marmitas, marmiteiros...’. Marmiteiros, pensou ele, era melhor do que malta. Com sensibilidade política, não foi difícil perceber que marmiteiro ‘pegava’ mais do que malta⁶⁶.

E pegou. O boato, que foi levado ao pé da letra e intencionalmente espalhado de forma pejorativa por todo o Brasil pelos partidários do PTB, além de ter enfraquecido a votação da UDN junto às classes mais baixas e humildes da população, acabou favorecendo a afirmação de uma imagem elitista, contrária ao trabalhador e antipopular do partido. Isso provocaria uma

⁶⁵ DELGADO, M. Paiva. **As raízes do lacerdismo**: o antigetulismo de Carlos Lacerda do fim do Estado Novo à volta de Getúlio Vargas ao Palácio do Catete. Artigo UFJF. Ver: <http://www.ufjf.br/virtu/files/2010/05/artigo-7a17.pdf>. Acesso: 24/08/2018.

⁶⁶ FERREIRA, Jorge. A democratização de 1945 e o movimento queremista. In FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (orgs). **O Brasil Republicano - o tempo da experiência democrática**: da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964. 5 Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013. V. 3. P. 40-41.

profunda revolta em Lacerda, que transformaria Borghi (assim como Prestes e Vargas) em seu principal alvo de ataques. Lacerda atribuiu ao PTB, na pessoa de Borghi, a responsabilidade de arruinar os planos da UDN, que, conforme os meios de comunicação oposicionistas da época, já davam como certa e garantida a vitória do brigadeiro⁶⁷. Em suas memórias Lacerda relembra o ocorrido que lhe deixara extremamente preocupado:

A campanha dos *marmiteiros* prejudicou o Brigadeiro. Ah, profundamente! [...] Ele [Borghi] lançou a campanha dos marmiteiros, inventando literalmente a frase, que foi, repito, toda inventada. Ele afirmou que o Brigadeiro tinha dito que não precisava do voto dos marmiteiros. Eu me lembro do meu desespero quando vi esse negócio dito na rua, no comício, no rádio. Tive a nítida sensação, pela primeira vez, de que o Brigadeiro ia perder a eleição⁶⁸.

Enfatizando ainda sua inquietação e indignação frente à estratégica manobra política petebista, Lacerda continua contando em detalhes como tentou auxiliar a situação:

Eu fui a ele: ‘Brigadeiro, o senhor tem que fazer um discurso, hoje, desmentindo isso, mas hoje’. E o Brigadeiro [...] disse: ‘Você fale com o Dr. Prado Kelly’. Mas o Kelly, que era um extraordinário político, não tinha nenhuma sensibilidade para o fenômeno popular e me disse: ‘Mas isso, Carlos, não tem tanta importância! O povo não vai acreditar nisso. Imagine!’ Eu aleguei: ‘Kelly, você não sabe o que é o poder do rádio; o que é o poder de comunicação e, sobretudo, a partir de um fato que a gente não pode mais ignorar: o operariado é grato ao Getúlio porque personificou nele uma porção de coisas que não tinha antes e passou a ter, e que nem foi o Getúlio que deu, mas o certo é que ele tem’⁶⁹.

Destacamos neste episódio a perspicácia de Lacerda frente a seus companheiros udenistas, que, como políticos, não vislumbravam o alcance que aquela “simples” simbologia dos marmiteiros criada pelo PTB e propagada pelos meios de comunicação poderia alcançar e ocasionar com o tempo.

A descrença e despreocupação do Brigadeiro e de Prado Kelly em tomarem medidas imediatas que visassem desfazer todo o “mal entendido” foi, por si só, uma preliminar vitória para o PTB. Sobre a simbologia da marmita, Ferreira esclarece que essa criação

encontrou um ‘território’ cultural e político fértil para ser assimilada e apropriada, com significados diversos, na imaginação social dos trabalhadores. Por meio da marmita, um simples utensílio doméstico agora

⁶⁷ FERREIRA, Jorge. A democratização de 1945 e o movimento queremista. Op. Cit., P. 21.

⁶⁸ LACERDA, Carlos. **Depoimento**. 3 Ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1987. P. 71.

⁶⁹ Idem.

transformado em poderoso bem simbólico de caráter político, os trabalhadores identificaram seus interesses materiais e simbólicos, resultando em uma identidade coletiva própria. A marmita representava a dignidade, o respeito e a decência do trabalhador⁷⁰.

O fato é, ainda que antevendo a gravidade da situação, a advertência do Lacerda jornalista não foi ouvida, mesmo diante da sua constatação de que a classe operária, sendo a principal beneficiária das leis sociais de amparo ao trabalhador, tinha Vargas como figura central de transformação de suas vidas, e, incorporando, assim, um grande contingente de massas excluídas. Ou seja, essa massa daria, sim, ouvidos à “ofensa dita pelo Brigadeiro” e compraria briga contra o candidato da UDN em 1945.

Dessa forma, contando com a atenção e talento político do petebista Hugo Borghi para a criação da “ideia da marmita” e o apoio – somente uma semana antes do pleito – do ex-presidente Vargas conclamando o povo a votar em Dutra, este saiu vitorioso obtendo 55% dos votos enquanto Gomes alcançou a marca dos 35%⁷¹.

A partir desse fato, Lacerda voltaria todas as suas forças contra Vargas, intensificando sua cólera nos anos seguintes, principalmente, contra o PTB e suas alianças, além das pessoas que, de uma forma ou de outra, tivessem qualquer vinculação com o trabalhismo getulista. Assim, aprofundaremos no capítulo seguinte, em análise mais esquadrihada do jornal **Tribuna da Imprensa**, as principais críticas e ataques feitos por Carlos Lacerda contra o PTB nas eleições presidenciais de 1950.

⁷⁰ FERREIRA, Jorge. A democratização de 1945 e o movimento queremista. In FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (orgs). **O Brasil Republicano - o tempo da experiência democrática**: da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964. 5 Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013. V. 3. P. 41.

⁷¹ FGV-CPDOC. **Entre dois governos: 1945-1950 > Redemocratização e eleições de 1945**. Ver: <https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas2/artigos/DoisGovernos/Redemocratizacao>. Acesso: 01/09/2018.

2.3 A criação do jornal *Tribuna da Imprensa*

Por ocasião dos primeiros debates em torno da exploração dos recursos naturais brasileiros, Lacerda iniciou, em 1948, uma campanha de ataques agressivos contra a concessão pelo governo Dutra do refino de petróleo a dois grupos privados nacionais: o Soares Sampaio-Corrêa e Castro, titular da Refinaria e Exploração de Petróleo União S/A, de São Paulo, e o Drault Ernany-Eliezer Magalhães, proprietário da Refinaria de Petróleo do Distrito Federal S/A. Estando à época – como explicitado no início deste capítulo – como colunista do **Correio da Manhã**, através de sua seção *Na Tribuna da Imprensa*, Lacerda denunciava “favores maléficos” que eram concedidos pelo Governo Federal a esses dois grupos empresariais, sobretudo o grupo Soares Sampaio.

O proprietário do **Correio da Manhã**, Paulo Bittencourt, era amigo íntimo da família Sampaio e não gostou nada das publicações de Carlos, impedindo-o que qualquer outro artigo relacionado ao assunto fosse noticiado⁷². Ao que Lacerda narra após a censura de Bittencourt:

‘Olha, Paulo, eu não tenho condição de continuar a colaborar no jornal se você não explicar por que o meu artigo não pode sair e o que há de errado nele. É ou não é uma imoralidade isso?’ Ele então respondeu: ‘O caso já se passou e é muito difícil de explicar, mas também pode ser muito fácil de explicar. Os Sampaio são meus amigos de juventude, fizemos muita farra juntos, bebemos muito juntos, lutamos juntos a nossa mocidade inteira. Não posso deixar sair no meu jornal uma paulada dessa neles’. ‘Bom, então, Paulo, paciência, eu saio’⁷³.

Após esse episódio, Lacerda afastou-se daquele matutino, mas não sem antes pedir a Bittencourt que publicasse uma nota explicativa sobre sua repentina saída⁷⁴. Além disso, solicitaria ao ex-chefe um “favor” ainda mais importante. Com suas palavras diria: [Paulo] “Me empresta o nome *Tribuna da Imprensa* que eu vou tentar fazer um jornal”⁷⁵.

Nos meses seguintes à sua demissão, Lacerda constatou que as tentativas de se conseguir um novo emprego em outro jornal no Rio de Janeiro seriam praticamente impossíveis devido aos últimos acontecimentos. A relutância dos demais periódicos em

⁷² DULLES, John W. F. **Carlos Lacerda**. A vida de um lutador (1914-1960). Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1992. P. 123.

⁷³ LACERDA, Carlos. **Depoimento**. 3 Ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1987. P. 84.

⁷⁴ Idem.

⁷⁵ Ibidem, P. 85.

aceitá-lo era unânime, o que o abalou profundamente ao ponto de se sentir desanimado da carreira jornalística⁷⁶.

A perda do emprego, no entanto, seria imediatamente compensada pelo surgimento da maior oportunidade de sua carreira profissional. Aproximando-se de amigos como o deputado udenista do Rio Grande do Norte, Aluísio Alves, e Luís Camilo de Oliveira Neto, além de intelectuais católicos conservadores ligados ao Grupo Dom Vital⁷⁷, como Gustavo Corção Braga (que seria um importante colaborador do periódico, exercendo grande influência na linha editorial da **Tribuna**) e Alceu Amoroso Lima, estes o convenceram da viabilidade de fundar seu próprio jornal. Lacerda tinha receios bem fundamentados quanto a começar mais um periódico numa cidade já tão abastecida de tantos outros como era o Rio de Janeiro. A mobilização de grupos empresariais vinculados ao capital externo foi um dos fatores que ajudaram no financiamento dos recursos necessários para dar o pontapé inicial no novo jornal⁷⁸.

Assim, a viabilidade econômica da **Tribuna da Imprensa** foi alcançada graças ao empréstimo conseguido por Luís Camilo, nomeado diretor do Banco de Crédito Real de Minas Gerais, e a uma exitosa campanha de ações empreendida por Alceu Amoroso Lima, Dario de Almeida Magalhães, Lauro de Carvalho e seu filho José Vasconcelos Carvalho; além de Adauto Lúcio Cardoso e Luís Severiano Ribeiro, dentre outros⁷⁹.

Para a organização dos estatutos constitutivos, “no propósito de assegurar a continuidade da orientação do jornal e a fiel observância do seu programa”, o periódico contou no seu início com um Conselho Consultivo, formado por alguns dos intelectuais já citados como Adauto Lúcio Cardoso, Alceu Amoroso Lima, Gustavo Corção, Heráclito Fontoura Sobral Pinto e Dario de Almeida Magalhães. Mas, em pouco tempo, o Conselho se tornaria apenas decorativo, pois não conseguia se adaptar à realidade diária e frenética de um jornal vespertino⁸⁰. Lacerda, assim, assumiria o controle total do jornal:

Era inviável. Cada vez que a gente queria publicar um artigo tinha que reunir o Conselho Consultivo, cada qual mais individualista que os outros. E a não ser o Dario, que era um velho jornalista brigado com Chateaubriand, mas

⁷⁶ DULLES, John W. F. Op. Cit., P. 125.

⁷⁷ Associação civil para estudo, discussão e apostolado, subordinada à Igreja Católica, fundada em maio de 1922, no Rio de Janeiro, por Jackson de Figueiredo, com a colaboração do então arcebispo coadjutor do Rio de Janeiro, dom Sebastião Leme da Silveira Cintra. FGV-CPDOC. **Centro Dom Vital**. Ver: <http://fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/centro-dom-vital>. Acesso: 05/09/2018.

⁷⁸ DULLES, John W. F. **Carlos Lacerda**. A vida de um lutador (1914-1960). Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1992. P. 125.

⁷⁹ Idem.

⁸⁰ Ibidem, P. 127-128.

que tinha treino disso, os outros nunca haviam passado por jornal e não entendiam a rapidez com que você tem de opinar. Tanto que pediam para decidir na semana seguinte, e coisas desse gênero. Era inteiramente inviável⁸¹.

A direção do jornal ficou então assim distribuída: Carlos Lacerda, diretor-presidente; Inácio Piquet Carneiro, diretor-gerente; e Carlos de Lima Cavalcanti, José Vasconcelos Carvalho e Dario de Almeida Magalhães com o conselho fiscal. De acordo com Dulles, a rotatividade de pessoal era grande no jornal, ocasionando trocas recorrentes na área executiva⁸².

Dessa forma, o vespertino **Tribuna da Imprensa**, foi às ruas pela primeira vez no dia 27 de dezembro de 1949, numa terça-feira, caracterizando-se, desde o início, como um veículo de divulgação das teses liberais, representando as principais proposições da União Democrática Nacional (UDN) e que teria como objetivo, a partir de 1950, a liquidação de adversários, investindo sobretudo contra o getulismo e a política reformista propagada pelo PTB.

Em seu artigo de estreia, na primeira página, intitulado “Afinal Começamos”, a direção do jornal (ou seja, Carlos Lacerda) expressava o caminho percorrido para a concretização do lançamento da **Tribuna**, os motivos pelos quais ali estava. Com uma escrita ousada e provocante – típica de seu fundador –, Lacerda afirmava que o ato de criação do jornal era por si só “um patrimônio moral para o povo brasileiro, ainda mais do que um bem, já por si respeitável para provocar a sua formação”⁸³.

A **Tribuna**, explicava ao leitor, estava

a serviço de um povo, mas parece que não basta dizer assim, pois não consta que haja por aí algum jornal que de si não diga o mesmo [...] Vimos para servir à cristianização da sociedade [...] Somos um jornal a serviço da verdade⁸⁴.

Neste trecho observamos a influência que a aproximação pessoal de Lacerda com a Igreja Católica anos antes, mais precisamente aos intelectuais católicos ligados ao Grupo Dom Vital, ganhava projeção e reforçava seu moralismo e conservadorismo, impregnado agora de um viés cristão, anunciando a verdade como princípio norteador do seu jornal.

⁸¹ LACERDA, Carlos. **Depoimento**. 3 Ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1987. P. 85.

⁸² DULLES, John W. F. **Carlos Lacerda**. A vida de um lutador (1914-1960). Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1992. P. 127 e 129.

⁸³ **Tribuna da Imprensa**, 27 de dezembro de 1949. P. 1.

⁸⁴ Idem.

No tocante à premissa da verdade e a própria existência do jornal (sua durabilidade), destacamos o seguinte trecho da Direção⁸⁵:

A verdade é uma só e é exigente [...] A verdade pode ser mero pretexto quando a ela se recorre algumas vezes. Mas, dita todas às vezes, a tempo e contratempo, ela só pode ser uma vocação genuína. Também pode o impulso de caridade e justiça inspirar um gesto avulso, logo desfeito pelas ambições impacientes. Nem haverá quem deixe de reconhecer que se um desejo ocasional, sincero ou solerte, de servir ao povo, pode manifestar-se durante uma campanha, numa sortida de aventura, não há dele durar, aprofundar-se, consolidar-se na decisiva prova do tempo, senão quando vem de alguma coisa mais do que o interesse de requestar ou sequestrar a opinião pública. O teste da duração é a prova que nos propomos. Vencer, para nós, significa durar. Durar sem ceder. Ser cada vez mais o que hoje somos, apenas cada vez melhor do que hoje⁸⁶.

A preocupação de Lacerda em deixar explícito que seu jornal tinha uma marca diferencial, algo “a mais” em relação aos outros periódicos era latente. A **Tribuna** não tinha a pretensão de publicar “noticias verossímeis”, mas sim, conforme Lacerda, a própria verdade. Era como se o jornal encarnasse ou personificasse uma “verdade absoluta”, “irrefutável”. Além disso, o tempo de duração do recém-criado vespertino seria a necessária “prova” de seu “sucesso para com a sociedade brasileira”⁸⁷.

Além da primeira página, a mais importante no jornal era a quarta, onde os editoriais de Lacerda e de seus principais colaboradores, dentre eles, Gustavo Corção, Amaral Neto e Aluizio Alves expressavam seus discursos oposicionistas ao governo. Corção, por exemplo, assumiu a coluna diária “Ideias e fatos” dedicada aos temas políticos⁸⁸. Com regularidade a quarta página era também a continuação de alguma matéria iniciada na primeira (onde vinha escrito abaixo “Conclui na 4ª pág.”). Contava ainda com as charges políticas da desenhista Hilde Weber, de origem alemã, e as cartas dos leitores que comentavam matérias anteriores⁸⁹.

Uma nota explicativa na edição de lançamento revela como se daria a estrutura de funcionamento da **Tribuna**. O redator de plantão informava:

⁸⁵ Visando facilitar a leitura e a evitar conflitos com o editor de texto eletrônico do *Word*, optamos por atualizar a acentuação gráfica para a corrente, sem, com isso, comprometer qualquer outra modificação nos textos originais do jornal.

⁸⁶ **Tribuna da Imprensa**, 27 de dezembro de 1949. P. 1.

⁸⁷ DULLES, John W. F. Op. Cit., P. 129.

⁸⁸ PAULA, Christiane Jalles de. **O bom combate**: Gustavo Corção na imprensa brasileira (1953-1976). Rio de Janeiro: Editora FGV, 2015. P. 73.

⁸⁹ DULLES, John W. F. Op. Cit., P. 131.

Prezado leitor: boas festas!

Todo dia, neste quadro, haverá uma pequena carta explicando várias coisas que lhe interessam. Hoje, convém mostrar a estrutura do nosso – do seu – jornal. O número de hoje está cheio de anúncios, por isso tem tantas páginas. Normalmente a **Tribuna** terá 10 a 12 páginas, cujo funcionamento iremos vendo. Há, todo dia, duas páginas que mudam. É o nosso suplemento diário. Hoje, por exemplo, é terça-feira. As páginas 5 e 6, nas terças-feiras, são ocupadas por dois assuntos especiais: Economia e Finanças (página 5), com o sr. Juvenille Pereira à frente de um grupo de especialistas. A página 6 é dedicada à Vida Sindical, sendo seu redator o sr. Lindolfo Collor Filho, e à Previdência e Serviço Social, a cargo da Associação Brasileira de Assistentes Sociais. Amanhã, como toda quarta-feira, as páginas 5 e 6 serão inteiramente dedicadas às crianças, com quadrinhos (sem “gangsters” nem histórias de assustar), divertimentos, etc. O redator principal da **Tribuninha** é o sr. Darcy Evangelista. Quinta-feira: as páginas 5 e 6 serão inteiramente consagradas aos assuntos próprios, exclusivos, da mulher. A principal redatora é a sra. Saudade Cortezão. O resto lhe diremos depois. Cordialmente, O Redator de Plantão⁹⁰.

Interessante observar nesta citação a atenção dada, sobretudo, a alguns temas como “Assuntos Próprios da Mulher” e “Divertimentos”, este último referente à seção infantil. Lacerda demonstrava, assim, que seu jornal não era voltado apenas aos temas comuns (como Política, Educação, Segurança, Saúde etc), mas, além disso, preocupava-se em “chegar ao seio das famílias brasileiras”⁹¹.

A **Tribuna** tinha então entre 10 a 12 páginas, diversos anúncios, propagandas, charges e quadrinhos, onde os temas abordados variavam de acordo com os dias da semana, cada qual em páginas específicas.

Com uma tiragem de pouco mais de 19 mil exemplares, o vespertino de Lacerda não estava entre os grandes jornais de circulação do Rio de Janeiro no ano de 1950. De acordo com Lattman-Weltman, a **Tribuna da Imprensa** figurava, à época, em sétimo lugar entre os vespertinos mais lidos, com uma fatia pouco expressiva da ordem de 2,4% do mercado jornalístico, tendo a sua frente: **O Globo** (o maior, com 187 mil exemplares ou 43%); **A Notícia** (26,2%); **Diário da Noite** (13,8%); **Última Hora** (13,4%); **A Noite** (8,4%) e **Folha Carioca** (3,8%)⁹².

Ainda que não houvesse uma penetração mais abrangente por parte da **Tribuna**, justificada superficialmente pela venda de exemplares, é certo que o jornalismo de combate, de críticas, de ataques e de caráter opinativo empreendido por Lacerda era lido com atenção e preocupação, tanto por partidários quanto por adversários.

⁹⁰ **Tribuna da Imprensa**, 27 de dezembro de 1949. P. 1.

⁹¹ Idem.

⁹² LATTMAN-WELTMAN, Fernando. Imprensa carioca nos anos 50: os “anos dourados.” In: ABREU, Alzira Alves de. **A imprensa em transição**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1996. P. 30.

O jornalista Alberto Dines comentou sobre:

[...] 1950 foi um ano de ouro da imprensa brasileira porque houve a reforma do **Diário Carioca**, logo depois tinha surgido a **Tribuna da Imprensa**, do Carlos Lacerda que fazia um excelente jornalismo, muito panfletário, politizado, reacionário, mas de grande padrão, de alto nível⁹³.

A **Tribuna** surgiu, portanto, como força de resistência e oposição a serviço de um jornalista e político que, alicerçando em sólidas bases sua carreira (cumpria o mandato de deputado federal à época), a partir de então, se tornaria não só um forte crítico ao governo Dutra, mas também se apresentaria como uma opção real de solução para as crises políticas em meio a aproximação das eleições de 1950 e a possibilidade efetiva da volta de Getúlio Vargas pelo PTB, “nos braços do povo”⁹⁴.

⁹³ DINES, Alberto. Entrevista fornecida ao projeto “Memória da Imprensa Carioca” em 21 de agosto de 2002. Rio de Janeiro: UERJ. Ver: http://www2.uerj.br/~cte/download/alberto_dines.pdf. Acesso: 01/11/2018.

⁹⁴ DELGADO, M. Paiva. **As raízes do lacerdismo**: o antigetulismo de Carlos Lacerda do fim do Estado Novo à volta de Getúlio Vargas ao Palácio do Catete. Artigo UFJF. Ver: <http://www.ufjf.br/virtu/files/2010/05/artigo-7a17.pdf>. Acesso: 05/10/2018.

CAPÍTULO III - AS CRÍTICAS DE CARLOS LACERDA À PARTICIPAÇÃO DO PTB NAS ELEIÇÕES PRESIDENCIAIS DE 1950

3.1 As críticas iniciais: acordo ou rivalidade entre PTB e PSD rumo à Presidência da República?

Neste último capítulo retrataremos as críticas feitas por Carlos Lacerda à eleição presidencial no Brasil em 1950, mais precisamente as que dizem respeito e envolvem o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB). Tais críticas foram extraídas do jornal **Tribuna da Imprensa** entre dezembro de 1949 a novembro de 1950 e configuram o cerne deste trabalho.

O pleito eleitoral de 1950 nos revela o cenário de uma democracia que ainda caminhava em passos muito inseguros. Os partidos políticos e suas prováveis coligações apresentavam pouca ou nenhuma expressiva opção para a escolha de um nome que pudesse concorrer às eleições com reais chances de vitória. O Partido Social Democrata (PSD), ao qual o presidente Dutra era filiado, indicou a figura do relativamente desconhecido político mineiro Cristiano Machado. A União Democrática Nacional (UDN) transparecia ainda mais a carência de líderes ao repetir a candidatura do brigadeiro Eduardo Gomes⁹⁵. Lacerda inclusive posicionou-se desfavorável a uma nova candidatura do brigadeiro:

A segunda candidatura do Brigadeiro Eduardo Gomes talvez tenha sido o maior erro político da UDN. Primeiro porque alguém que já foi derrotado uma vez dificilmente pode ganhar na próxima. A não ser que fossem preenchidas certas condições e que no caso eram impreenchíveis⁹⁶.

Desde 1948 as articulações entre os partidos para a sucessão presidencial foram intensas. Discutia-se a busca por acordos pelos quais caberia aos líderes partidários sugerir seus candidatos ao Governo Federal de forma conjunta, ou seja, na escolha de um candidato único. Em um sistema político fragmentado, com dezenas de partidos diferentes, apenas com pactos interpartidários seria possível ganhar algum terreno rumo à Presidência⁹⁷.

Lacerda esperava que o PSD e a UDN concordassem com um candidato comum para, dessa forma, ser possível enfraquecer e impedir Vargas de retornar ao poder com o PTB. O que não aconteceu. Sem coligação entre PSD e UDN – dois dos maiores partidos nacionais –,

⁹⁵ DULLES, John W. F. **Carlos Lacerda**. A vida de um lutador (1914-1960). Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1992. P. 134.

⁹⁶ LACERDA, Carlos. **Depoimento**. 3 Ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1987. P. 112.

⁹⁷ D'ARAÚJO, Maria Celina Soares. **Sindicatos, carisma e poder: o PTB de 1945-65**. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1996. P. 57.

Vargas encontrou o cenário ideal para opor-se a Cristiano Machado e a Eduardo Gomes, apresentando-se como candidato do PTB.

Analisando atentamente as publicações escritas por Lacerda em seu jornal, dentro da perspectiva e recorte temático proposto, notamos que a questão dos acordos, alianças e coligações entre os grandes partidos, meses antes das eleições, configurava preocupação para Lacerda, onde, tratando-se do PTB e seu legado, sua aspereza era incisiva. Em uma publicação de 28 de dezembro de 1949, Lacerda expressou sua crítica com relação à aliança PTB-PSD:

[...] Vê-se quanto importa ao PTB dar a impressão de que poderá unir-se ao PSD e quanto interessa ao PSD simular uma união possível com o PTB. O que tudo, afinal vem a ser muito melancólico. O sr. Ernani Amaral Peixoto ser genro⁹⁸, já é bastante. Mas querer ser líder político, é um pouco muito⁹⁹.

Dois dias depois foi publicado na primeira página da **Tribuna** questionamentos em que Lacerda apurava um encontro entre líderes petebistas e pessedistas tentando descobrir se haveria de fato alguma “composição do PTB com o PSD num bloco”. Como ele mesmo atestava, até aquele momento não havia concretude nenhuma, visto os inúmeros interesses partidários envolvidos:

Não houve qualquer progresso nas confabulações políticas das últimas horas. Nem mesmo o ar misterioso que se procurou emprestar a uma conversa dos srs. Cirilo Júnior, Ivo de Aquino, líder resignatário do PSD no Senado, Israel Pinheiro e Amaral Peixoto, no gabinete do presidente da Câmara, movimentou os setores da política nacional. Não há dúvida de que esses líderes pessedistas estão tentando rearticular o seu partido num bloco, com o regresso do sr. Nereu Ramos à presidência, para uma composição com o PTB. Mas, nada há, ainda, de positivo, porque o entrechoque de interesses é muito grande, o número de candidatos a presidente cresce dia a dia, e não se pode prever, antes de reiniciadas as atividades parlamentares, se os maiores partidos conseguirão escolher um candidato comum, ou se cada um comparecerá às urnas com o seu¹⁰⁰.

Como a UDN não havia obtido êxito em formar uma coligação com o PSD, visto a declaração do presidente Prado Kelly, de que seu partido só negociaria com aquele se fosse escolhido um candidato extrapartidário, Lacerda percebia a real ameaça que o PTB possuía se este conseguisse fechar alguma aliança com os pessedistas: “A união PTB-PSD [...] será o

⁹⁸ Lacerda nesse momento se referia sarcasticamente à ligação parental entre Amaral Peixoto (casado com Alzira Vargas) e seu sogro, Getúlio. Amaral Peixoto concorria à época ao cargo de governador do Estado do Rio de Janeiro pelo PSD. Sobre Peixoto, ver: <http://www.fgv.br/cpd/doc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/peixoto-ernani-do-amaral>. Acesso: 04/11/2018.

⁹⁹ **Tribuna da Imprensa**, 28 de dezembro de 1949. P. 3.

¹⁰⁰ **Tribuna da Imprensa**, 30 de dezembro de 1949. P. 1.

sinal de perigo. Contra ela devem levantar-se, desde logo, todos aqueles que sejam capazes de prevenir antes que seja tarde”¹⁰¹. Estar um passo à frente com a certeza ou não desta informação lhe daria margem para agir conforme suas convicções políticas oposicionistas e antecipar-se em seus ataques pela **Tribuna** como estratégia considerável e eficiente em benefício de seu partido, UDN.

Em matéria na **Tribuna** sobre o senador petebista pelo Rio Grande do Sul, Joaquim Pedro Salgado Filho (presidente do partido após o afastamento de Paulo Baeta Neves), vemos a insistência de Lacerda em arrancar a informação sobre a existência da chapa PTB-PSD. Com a manchete intitulada: “Absolutamente não! O PTB não conclui acordo com o PSD – diz o sr. Salgado Filho”, temos a seguinte narrativa:

- Absolutamente não! disse o senador Salgado Filho quando lhe perguntamos se havia algum entendimento concluído entre o PTB e o PSD para um candidato comum à sucessão. A pergunta que fizemos ao presidente do Partido do sr. Getúlio Vargas foi precedida da seguinte explicação:
- Senador, chegou ao nosso conhecimento [da **Tribuna**] que o general Góis Monteiro tem feito espalhar, como certa, a informação de que já há entendimento entre o seu partido e o PSD, segundo o plano do referido general para a sucessão. O senador Salgado Filho [...] disse-nos então:
- O nosso caso é muito simples. A única coisa que há de verdade, até agora, é que o deputado Amaral Peixoto me procurou para saber se nós aceitaríamos um entendimento para a escolha de um candidato comum. Respondi-lhe, então, que em torno de um programa que atendesse ao interesse público poderíamos entrar em entendimento com o PSD, e com outros partidos nacionais, com a finalidade a que aludia aquele deputado¹⁰².

Não satisfeito com a resposta dada por Salgado Filho, o diálogo prossegue de forma a não deixar dúvidas:

- Insistimos: – Podemos então afirmar que não há entendimento concluído entre o seu partido [PTB] e o PSD?
- Afirmo que absolutamente não há. E afirmo que não, porque o sr. Getúlio Vargas me delegou poderes para resolver e eu resolvi que só nas bases que venho de mencionar poderia haver entendimento¹⁰³.

Ou seja, o presidente do PTB mencionaria futuramente qual seria sua “resolução” sobre o caso, não garantindo nada. Mesmo com a segura afirmação de Salgado Filho, que até aquele instante não existia acordo entre os dois partidos, uma nota assinada pelo redator e amigo de Lacerda, José do Rio, na coluna *Vozes da Cidade* abriu margem para controvérsias, demonstrando ao leitor as incertezas e contradições daquele momento:

¹⁰¹ **Tribuna da Imprensa**, 25 de janeiro de 1950. P. 4.

¹⁰² **Tribuna da Imprensa**, 30 de dezembro de 1949. P. 1.

¹⁰³ Idem.

O irrequieto senador Vitorino Freire declarou, no decorrer de um almoço íntimo, que a aliança PSD-PTB estaria feita. E a propósito atribuiu ao sr. Getúlio Vargas esta frase: "Prefiro Dutra aos outros" [...]¹⁰⁴

Descrente e ao mesmo tempo temeroso da real possibilidade de um acordo ser firmado entre os dois partidos, Lacerda ponderava chamando a atenção às características ideológicas concernentes ao PTB e ao PSD – que eram bem distintas –, indagando a efetividade de um programa comum entre os dois:

Se o PTB fosse um partido de ideias, ou ao menos um partido de ideais, como pretendem uns poucos, cada vez mais poucos, dos seus partidários, o seu programa seria nítido, inconfundível, marcado por um conjunto de princípios em torno dos quais se construiria todo o mecanismo partidário. Neste caso, é evidente, como poderia o PTB entender-se em matéria de programa, com o PSD, que seria o seu antípoda? Como [...] poderia o PTB entender-se com o PSD para um programa comum? Em qualquer país do mundo, hoje, uma campanha política produz ideias, livros, planos – programas. No Brasil produz entrevistas, declarações esporádicas à imprensa, uma porção de rasteiras [...]¹⁰⁵

Diante de tais discussões, questionamos: havia ou não um acordo de mútuo interesse entre PTB e PSD em fins de 1949 para início de 1950? Seria algum acordo previamente velado para não incitar a oposição ou o senador Vitorino de Brito Freire¹⁰⁶, dissidente pessedista, poderia ter feito apenas afirmações falsas e tendenciosas?

Em editorial publicado no último dia do ano de 1949, com o título “A sucessão”, Lacerda abordou a frágil situação política que o país atravessava em tempos de transição de governo. Ele chama a atenção do leitor para os tempos difíceis e incertos que o Brasil vivia, onde “a paz, a ordem e a disposição para arregaçar as mangas e ir ao trabalho eram urgentes”. Referindo-se a autonomia política como ferramenta de transformações positivas para o futuro da nação, Lacerda reforçava mais uma vez a questão da importância do apoio entre os partidos para se ter força de governabilidade e conquistar a confiança da opinião pública:

A realidade dos números e, mais do que esta, a realidade mais profunda de situações que se não definem com facilidade, impõe a todos os brasileiros uma constatação a que não podem furtar-se os homens públicos: nenhuma força política autônoma, seja esta o PSD, a UDN, o PTB [...] tem poder

¹⁰⁴ **Tribuna da Imprensa**, 30 de dezembro de 1949. P. 1.

¹⁰⁵ **Tribuna da Imprensa**, 25 de janeiro de 1950. P. 4.

¹⁰⁶ Sobre Vitorino Freire, ver: <http://www.fgv.br/cpdac/acervo/dicionarios/verbete-biografico/vitorino-de-brito-freire>. Acesso: 03/11/2018.

bastante para governar sozinha. Nenhuma está em condições de assegurar maioria a um futuro governo, de modo a que o futuro presidente não ganhe apenas a eleição, que é somente um prelúdio, e sim também o apoio e a confiança da opinião pública [...] ¹⁰⁷

E prossegue:

Assim sendo, é lógico e mesmo indispensável que se processem entendimentos para estudar as condições e os métodos conducentes à vitória nas urnas, e à subsequente formação de um governo dotado da indispensável maioria e da confiança pública ¹⁰⁸.

Demonstrando ainda que, mesmo sendo a prática de apoio por parte dos grandes partidos vista como “garantia de vitória” para o apoiado em eleições, o jornalista apontava para o fato de que, entretanto, não bastava ter a maioria consigo. Ganhar a eleição e ter a confiança pública ao seu lado eram coisas distintas. Assim, aproveitava para citar o PTB em desfavor à UDN:

A maioria não é tão difícil de obter-se. É evidente que um candidato apoiado pelo presidente da República, e também por outro dos partidos numericamente fortes, como a UDN e, **bem menor, o PTB**, ganhará a eleição. Mas, e depois? Ganhar, também o presidente atual ganhou – mas não levou. Torna-se então evidente, também, que não basta juntar duas forças para garantir a obra de um governo ¹⁰⁹.

Nestas últimas publicações de Lacerda observamos que, à medida que sua curiosidade e frustração aumentavam em detrimento às tentativas sem sucesso de descobrir sobre qual partido se aliaria ao PTB – já que o PSD estava sendo evasivo –, o tom de sua escrita vai sendo diferenciado. Ao invés de partir em direção aos políticos petebistas, com perguntas diretas, ásperas e irônicas – como o já o tinha feito –, ele apela para outra estratégia. Colocando o futuro do Brasil como princípio norteador, observamos que Lacerda tenta chegar à consciência do leitor (sejam políticos ou público comum) lembrando-o de seu papel enquanto cidadão, de dar seu apoio ao devido partido (e suas respectivas coligações) que de fato o represente, da importância em se construir uma nação forte. Ele afasta, de certo modo, o foco de sua busca (quem seria aliado de quem), mas ao mesmo tempo, transparece o seu propósito. O trecho de seu editorial que ilustra bem essa linha de pensamento é o de que “a

¹⁰⁷ **Tribuna da Imprensa**, 31 de dezembro de 1949. P. 4.

¹⁰⁸ Idem.

¹⁰⁹ Idem.

realidade impõe a todos os brasileiros uma constatação a que não podem furtar-se os homens públicos: nenhuma força política autônoma [...] tem poder bastante para governar sozinha”.

No dia 3 de janeiro de 1950 mais uma publicação na capa da **Tribuna** abordava a temida possibilidade do acordo PTB-PSD:

[...] o sr. Amaral Peixoto, vai tentar, com a presença do senador Salgado Filho, vencer a resistência do sr. Getúlio Vargas, acertando com ele um acordo, unindo PSD e PTB, a compor uma chapa [...] Se a união dos dois partidos for efetuada, alcançará, também, a política nos Estados [...] ¹¹⁰

Em 04 de janeiro ele vociferava novamente a necessidade de se construir sólidas alianças, remetendo à Lei Agamenon Magalhães de maio de 1945 e, além disso, ressaltava que vencer a eleição não significava governar:

[...] Ora, acontece que o sistema eleitoral adotado em 45-46 [...] tornou praticamente impossível a um só partido conquistar o Governo, pois é difícilimo que um só partido obtenha a maioria absoluta sobre a coligação de dois ou mais dos restantes. Daí a necessidade de uma aliança para sobrepujar os demais e permitir a um candidato, vencer, e a um vitorioso, governar ¹¹¹.

Lacerda ao fim de sua publicação ironizou que, para ele, qualquer possível aliança do PTB já significaria alguma chance de sucesso ou mesmo de sobrevivência: “[...] poderá o PTB firmar alianças em torno de um programa que, neste caso, seria a sua grande oportunidade de sobreviver, como partido, aos azares do tempo e da fortuna política” ¹¹².

Dessa forma, no transcorrer dos próximos meses, as indagações seriam respondidas e as dúvidas sanadas. Na Convenção Nacional do PTB, em junho de 1950 foi dada a notícia: nem o PSD, nem o Partido Republicano (PR) (nem a UDN, como já dito) haviam conseguido firmar acordo com os petebistas, mas sim, após longas negociações, o Partido Social Progressista – PSP, de Adhemar de Barros. A aliança PTB-PSP foi então formalizada. O PTB declarou seu apoio total a Vargas e seu companheiro de chapa escolhido como vice-presidente foi o deputado federal pelo Rio Grande do Norte João Café Filho, indicado pelo PSP em agosto ¹¹³.

¹¹⁰ **Tribuna da Imprensa**, 3 de janeiro de 1950. P. 1.

¹¹¹ **Tribuna da Imprensa**, 4 de janeiro de 1950. P. 4.

¹¹² Idem.

¹¹³ FGV-CPDOC. **Preparando a volta:** de São Borja para o Catete - O fracasso das "fórmulas" e a candidatura Vargas em 1950. Ver: <https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas2/artigos/PreparandoaVolta/Candidatura1950>. Acesso: 03/11/2018.

3.2 As críticas à aliança PTB-PSP

As discussões em torno dos encontros e desencontros – visto tamanha imprecisão das muitas reuniões “agendadas” e desmarcadas logo depois – entre os diretórios nacionais do PTB e do PSP com fins a um “entendimento comum” foram intensas no início de 1950. Divulgadas com certa regularidade, principalmente na capa e nas páginas 3 ou 4 do jornal, não traziam informações novas, apenas ratificava o que já havia sido publicado dias antes ou mesmo voltava atrás, corrigindo algum equívoco relacionado a datas e participantes, locais e outros detalhes, o que denota certa hesitação, desorganização ou instabilidade no cenário político partidário daquele ano. Não por acaso, a escolha do PTB pelo PSP consistia no premeditado interesse de angariar o máximo de votos dos trabalhadores e operários paulistas que, em se tratando do Estado de São Paulo, representava praticamente metade do Brasil. Ou seja, era fundamental um entendimento entre a aliança PTB-PSP.

O prenúncio de uma possível e inusitada chapa foi divulgado na primeira página da **Tribuna** e, ao que parece, com desconfiança por Lacerda:

O sr. Nereu Ramos é o candidato da coligação PTB-PSP à presidência da República – eis a novidade na sucessão [...] O apoio de Adhemar a Getúlio está assegurado, na medida em que se pode falar de alguma coisa segura em se tratando dos dois ases do despistamento¹¹⁴.

Ainda que não tendo a certeza sobre o lançamento de Nereu Ramos e, conhecendo bem tanto a Adhemar de Barros quanto a Getúlio Vargas, Lacerda se adiantava em suas análises acerca daqueles entendimentos partidários em fins de fevereiro de 1950. Sua lupa estava bem direcionada e posicionada sob a aproximação do PTB ao PSP (e vice-versa), e qualquer movimento não passaria despercebido. Por isso o termo “ases do despistamento”, utilizado para referir-se aos dois presidentes dos partidos (Barros e Vargas) que não davam declarações concretas sobre tal aproximação. Lacerda não se deixaria “despistar”, mas ainda não sabia quem seria o real nome à sucessão presidencial pela coligação PTB-PSP ou mesmo, àquele momento, a concretude de tal união¹¹⁵.

As idas e vindas eram tantas sobre o desfecho da união PTB-PSP que em abril vemos a seguinte publicação: “Encabeçam um movimento de reação contra a aliança do PTB com o

¹¹⁴ **Tribuna da Imprensa**, 24 de fevereiro de 1950. P. 1.

¹¹⁵ Sobre tais incertezas Lacerda escreveu: “As esperanças de que, ao encerrar da presente semana, algo de positivo surgisse em torno do problema sucessório, ainda desta vez não passaram de meras especulações. Neste sábado as informações que possuímos não nos levam a poder anunciar nada de essencial”. **Tribuna da Imprensa**, 4 de março de 1950. P. 3.

PSP [...]”. Nesta oportunidade (já admitindo alguma existência de aliança) era anunciado ainda na matéria que toda a bancada nacional do PTB “conferenciaria” com o senador Getúlio Vargas em São Borja/RS para tomarem conhecimento de qual seria a resolução “frente ao atual momento político”¹¹⁶.

Após o encontro entre os petebistas em torno da resolução com os pessepistas, em editorial do dia 29 de abril de 1950, Lacerda atacava:

Quem quer que conheça um pouco o que se está passando atrás das cortinas desses dois partidos [PTB e PSP] farsantes sabe que eles não se entenderão. Por quê? Porque ambos querem desesperadamente a mesma coisa – e ambos desesperadamente sabem que não podem consegui-la. As suas ‘massas’ são aproximadamente as mesmas, os seus temas, o seu estilo de política, a sua ambição, é tudo a mesma coisa [...], a mesma técnica, a mesma tática, e a mesmíssima estratégia¹¹⁷.

Em 07 de junho de 1950, Lacerda voltou a tratar da união PTB-PSP como partidos que visavam unicamente a "caça ao poder". Era esse o objetivo “funesto” que os unia, justificado pelas pessoas que os presidiam. Carlos Lacerda afirmava que era “inaceitável que ambas as agremiações se juntassem para apenas se lançar no tapete da sucessão, enlaçados para dar o bote sobre a República”¹¹⁸. E continuou:

Em nome da liberdade, para preservá-la [...] é necessário que nos decidamos a lutar por todos os meios. Dizem-me alguns que prego a revolução. Nada está mais longe do meu pensamento. O que se impõe é o restabelecimento da lei, da paz, da ordem que a candidatura do sr. Getúlio Vargas pelo PTB-PSP virá perturbar, da desunião dos brasileiros [...]¹¹⁹

Em uma tentativa de impor o “restabelecimento da lei e da ordem”, no dia 14 de junho, já antevendo o perigo apresentado pela candidatura de Vargas que seria lançada dias depois, observamos a seguinte manobra política de Lacerda em levantar a tese de inelegibilidade, desconstruindo tal candidatura promovida pela chapa PTB-PSP:

Considerando que o sr. Getúlio Vargas é um adversário do regime democrático restabelecido no país a 29 de outubro de 1945, e instituído pela primeira eleição presidencial por voto popular, [...] o Superior Tribunal Eleitoral está estudando a possibilidade de negar registro à sua candidatura

¹¹⁶ **Tribuna da Imprensa**, 5 de abril de 1950. P. 3.

¹¹⁷ **Tribuna da Imprensa**, 29 de abril de 1950. P. 4.

¹¹⁸ **Tribuna da Imprensa**, 7 de junho de 1950. P. 4.

¹¹⁹ Idem.

[...] a ser proposta no dia 17 pelo PTB e no dia 15 pelo governador paulista Adhemar de Barros do PSP¹²⁰.

Buscando demonstrar ainda uma desarticulação interna – “defecções” – por parte do PSP, na edição da **Tribuna** do dia 15 Lacerda dizia que a atitude de Adhemar de Barros em apoiar o PTB lançando a candidatura de Vargas não estava sendo bem recebida por uma grande ala do Partido Social Progressista, os quais supostamente vinham organizando um movimento contrário à decisão do governador de São Paulo. Afirmava também que alguns parlamentares pessepistas manifestavam a intenção de se afastar da agremiação, aderindo ao PSD, caso Adhemar não mudasse de ideia a tempo¹²¹.

A oposição de Lacerda à aliança foi frustrada. Os desdobramentos dos dias 15 (Comício do PSP adiantando a candidatura de Vargas em frente ao monumento do Ipiranga em São Paulo) e 17 de junho (Convenção Nacional do PTB no Palácio Tiradentes oficializando Getúlio como candidato à presidência) fluíram positivamente para a nova chapa, mostrando a força que o “namoro” PTB-PSP havia criado, resistindo aos ataques e ferrenhas críticas lacerdistas.

Uma das publicações que mais bem representou o pensamento antagônico de Carlos Lacerda àquela “coligação totalitária favorável ao regime” foi feita no dia 22 de junho de 1950. “Em defesa da recuperação das liberdades democráticas”¹²², na primeira página a **Tribuna** estampava – com letras garrafais – a manchete intitulada: “CONTRA A COLIGAÇÃO TOTALITÁRIA FAÇAMOS UMA FRENTE DEMOCRÁTICA”. Incitando as consciências do país à luta, seu conteúdo revelava o apelo e o inconformismo de Lacerda:

[...] Encontramo-nos diante de um fenômeno muito mais sério e profundo do que o de uma simples eleição. As forças autoritárias, as correntes totalitárias tentam influir os mesmos processos de exploração dos sentimentos e ressentimentos populares de outrora [...] Enfrentar essa concentração é o nosso dever. Diante dele, cessa para nós tudo o mais. [...] Urge lutar contra essa coligação totalitária [PTB-PSP]. Pela primeira vez, terá o país oportunidade de enfrentar e derrotar, os seus principais inimigos, coligados num esforço para PERONIZAR o Brasil. Mas, em questão dessa gravidade, às vésperas de uma batalha tão dura, não se pode brincar de fazer política nem pretender sujeitar o país a experiências impregnadas de dúvidas, de vacilações e, sobretudo de obstinadas omissões¹²³.

¹²⁰ **Tribuna da Imprensa**, 14 de junho de 1950. P. 1.

¹²¹ **Tribuna da Imprensa**, 15 de junho de 1950. P. 1 e 2.

¹²² Máxima udenista.

¹²³ **Tribuna da Imprensa**, 22 de junho de 1950. P. 1.

No final do mês de julho, o anúncio da escolha do nome que figuraria como vice-presidente da chapa PTB-PSP foi publicado na **Tribuna** com a manchete “CAFÉ FILHO COMPANHEIRO DE CHAPA DE GETÚLIO”¹²⁴ e oficializado em um comício realizado em Natal/RN no dia 5 de agosto de 1950¹²⁵. Quanto às especulações que começaram a girar em torno do assunto, Adhemar de Barros daria a seguinte resposta através do jornal **Diário da Noite**: “A candidatura Café Filho está vitoriosa, pode ficar certo disso. [...] Será mantida custe o que custar. Café Filho está para o senador Vargas assim como Vargas está para Café Filho. Um não pode prescindir do outro”¹²⁶.

Assim, após o insucesso das inúmeras tentativas oposicionistas de Lacerda, a campanha presidencial prosseguia em marcha e a aceitação de Getúlio Vargas pela união PTB-PSP mostrava-se cada vez mais concreta.

3.3 O resultado da eleição: a vitória não veio por "maioria absoluta"

Ao se aproximar a data da eleição de 3 de outubro, Lacerda escreveu em seu editorial que a votação seria a “mais corrupta da história do Brasil”. Com o título “Jubileu da Corrupção” ele antecipava-se afirmando que essa data seria “um episódio profundamente triste e carregado de consequências que se anunciavam trágicas para o país”. Votar bem era votar certo e, de acordo com ele, a escolha assertiva era o candidato Eduardo Gomes¹²⁷.

No dia 20 de setembro o periódico expressava que os dias que separavam o povo das eleições eram “extremamente decisivos, cheios de ameaças e de abusos”. Recorrendo à Justiça, como único meio detentor de fazer valer aquilo que é “certo”, como um prenúncio, Lacerda apontava para uma direção a qual seria recorrida por ele semanas depois do pleito.

Só a Justiça, funcionando a tempo e a hora, pode preservar a ordem e manter, no povo, a sensação de que não somos um país de bagunça e de anedota. [...] A grande força do Governo consiste precisamente em respeitar a lei, como o melhor meio de fazê-la respeitar pelos outros. Que demagogo alcançará êxito num país cujo governo seja o primeiro a não abusar do poder?¹²⁸

¹²⁴ **Tribuna da Imprensa**, 26 de julho de 1950. P. 1.

¹²⁵ **Tribuna da Imprensa**, 5-6 de agosto de 1950. P. 3.

¹²⁶ **Diário da Noite**, 26 de agosto de 1950. P. 1.

¹²⁷ **Tribuna da Imprensa**, 4 de setembro de 1950. P. 4.

¹²⁸ **Tribuna da Imprensa**, 20 de setembro de 1950. P. 4.

Em 3 de outubro, dia da eleição, o povo foi às urnas escolher o próximo Presidente da República. Na primeira página do vespertino **Tribuna da Imprensa** constava separadamente nas laterais superior e inferior breve resumo dos três candidatos à presidência: Getúlio Dornelles Vargas (PTB-PSP), Eduardo Gomes (UDN-PRP-PDC-PL) e Cristiano Monteiro Machado (PSD-PR-POT-PST). O que mais chamou a atenção nesta primeira página do jornal naquele dia de votação foi o que Lacerda redigiu bem ao centro, entre as descrições dos candidatos. Demonstrando desespero pela segunda derrota do Brigadeiro que já era tomada como certa, e, assumindo um tom apocalíptico, Lacerda apelava completamente para o lado religioso, colocando sua fé como última ferramenta a se invocar. Na matéria intitulada “Oração para a hora da batalha”, suplicava:

Deus de misericórdia, Deus da constante visão, Deus de esperança e de amor, Deus de justiça, Vós que destes ao homem a capacidade de decidir, não vos afasteis, hoje, da consciência dos vossos filhos. Não os deixeis perder-se na solidão imensa do voto secreto, confundidos pela gritaria convulsa, pelo dinheiro derramado, pela ameaça da violência e pela promessa das recompensas espúrias. Dai-nos, a todos os brasileiros, senhor meu Deus de sabedoria, a coragem de superar as vacilações, a humildade de crer, a graça de confiar e de querer. Por nossos filhos, e pelos filhos de nossos filhos, guiai as mãos dos que vão votar. Não permitais que eles façam do voto um brinquedo tardio de uma arma voltada contra a sua terra, disparada a esmo no tumulto da propaganda. Velai pelo Brasil, ó Criador de todos os seres e de todas as coisas, velai pelas nossas crianças para que cresçam num país no qual possam acreditar, para verdadeiramente amá-lo e apreciarem, então, a alegria de serem criaturas vossas, meus Deus.

Pela honra dos que já se foram, pela alegria daqueles a quem hoje, cabe a responsabilidade da decisão, pela vida dos que vão nascer, Senhor, pela vida daqueles que ainda vão nascer, neste país de agonias tão precoces, dai aos que hoje vão decidir, dai aos eleitores caráter de cidadãos, dai aos cidadãos consciência de homens, fazei com que se lembrem de que são criaturas vossas, e não se deixem arrastar, e conduzam eles próprios os acontecimentos, com a sua vontade que deve ser o espelho da Vossa vontade, com os seus atos que devem ser a consequência da Vossa intenção. Dai a todos um pouco de Vossa prudência, soprai nos ouvidos dos que foram aturdidos pelo ruído dos rádios, abri com as Vossas mãos translúcidas os olhos dos que foram ofuscados pela mentira impressa, clareai o caminho que hoje levará cada um, de casa até à urna. Ajudai o povo a decidir, Senhor¹²⁹.

Apesar dos duros ataques e apelos de Lacerda, o resultado da eleição deu uma larga vitória a Getúlio Vargas, ganhando com 48,7% dos votos (3.849.040 de votos), quase alcançando a maioria absoluta. Eduardo Gomes ficou em segundo lugar com 29,6%

¹²⁹ **Tribuna da Imprensa**, 3 de outubro de 1950. P. 1.

(2.342.384 de votos) e Cristiano Machado não passou de um distante terceiro lugar, com 21,5% (1.697.193 de votos)¹³⁰.

Ainda que esperada, a nova derrota do Brigadeiro provocou um sentimento de frustração em Lacerda maior do que em 1945. A vitória de Vargas pelo PTB-PSP dava início agora a uma nova tática lacerdista: a contestação do resultado eleitoral. Dias seguintes à eleição, o jornalista escrevia o editorial “E agora?”:

Será a eleição uma vitória democrática? Certo que não. Assim como Hitler subiu ao poder pela eleição, assim com Mussolini ganhou uma eleição para chegar ao governo, assim como Perón ganhou eleições [...] o sr. Getúlio tem a maioria dos votos e chegará ao poder pela vitória de uma **coligação totalitária**, de expressão demagógica e conteúdo profundamente reacionário da pior reação, que é aquela disfarçada em revolução¹³¹.

Questionando a legitimidade da vitória do candidato petebista, Lacerda recorreria a meios legais – Justiça Eleitoral / Constituição – para comprovar a ilegalidade do resultado com o argumento de que não houve vitória por uma “maioria absoluta de votos”. Logo, seria inválida.

[...] Articulem as forças de resistência no zelo pela Constituição, na defesa da Constituição [...] Na Constituição está a nossa garantia. Lutemos, pois, por fazê-la respeitada e obedecida e conservemos as armas necessárias a essa defesa se não quisermos perecer na desmoralização que se vai estender pelo país como uma praga¹³².

A Constituição dos Estados Unidos do Brasil promulgada em 18 de setembro de 1946¹³³ não contemplava nenhum dispositivo relacionado à exigência por maioria absoluta de votos como um dos pré-requisitos para o êxito nas urnas. Mesmo assim, Lacerda forçaria tal entendimento e tentaria impugnar a posse dos eleitos, defendendo a tese de realização de novas eleições.

Ao final do mês de outubro, no dia 27, saiu na primeira página a manchete – com letras garrafais – “GETÚLIO, PRESIDENTE DA MINORIA - 55% NÃO QUEREM

¹³⁰ FGV-CPDOC. **E ele voltou... o Brasil no segundo governo Vargas**. Ver: <https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas2/artigos/PreparandoaVolta/Candidatura1950>. Acesso: 07/11/2018.

¹³¹ **Tribuna da Imprensa**, 5 de outubro de 1950. P. 4.

¹³² **Tribuna da Imprensa**, 6 de outubro de 1950. P. 4.

¹³³ Câmara dos Deputados > Legislação > Detalhes da Norma > **Constituição de 1946**. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/consti/1940-1949/constituicao-1946-18-julho-1946-365199-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso: 11/11/2018.

GETÚLIO”¹³⁴. Lacerda começaria a partir daí uma campanha na imprensa contra a posse do candidato petebista. Na página 4 de seu vespertino, argumentava:

Diante do fato consumado [...] há soluções possíveis. A do não reconhecimento de sua eleição. Isto se pode dar pela interpretação do critério da maioria. O sr. Vargas não foi eleito por maioria absoluta e, portanto, não poderia ser reconhecido e empossado. Esta não é uma tese impolítica, imoral e inconstitucional. [...] Agora, pergunto: tem o governo força para isto? A ideia de impedir essa posse por meio da declaração pura e simples de que a minoria não pode impor à maioria um candidato que iria modificar o regime que a maioria escolheu viver está dentro da lógica¹³⁵.

E conclamava a uma célere resistência: “Devem reunir-se imediatamente, já, agora mesmo e não depois, os partidos dispostos à resistência, a fim de decidirem sobre a melhor forma de entrarem em ação comum para opor-se, vigiando, fiscalizando e reprimindo [...]”¹³⁶.

O pedido de “resistência e de luta” feito por Lacerda foi ouvido por um partidário udenista. Quatro dias depois, em 31 de outubro, a **Tribuna** estampava em sua capa: “Surgiu uma voz”. O advogado e deputado federal da UDN pelo Estado da Bahia, Aliomar de Andrade Baleeiro, concordava com Carlos Lacerda sobre a tese da maioria absoluta e comprometia-se em articular junto ao Tribunal Superior Eleitoral as formas legais para se chegar à impugnação. No subtítulo da notícia dizia: “Não obtive a maioria eleitoral. Articulará hoje um libelo acusatório contra o candidato do PTB”¹³⁷. Na transcrição que Lacerda fez do discurso do deputado Aliomar Baleeiro – não estando amparado pela Constituição de 1946 – destacamos o seguinte trecho: “é da própria essência do regime presidencial a votação por maioria absoluta, o que não foi alcançado pelo candidato do PTB”¹³⁸. Lacerda compreendia que sem respaldo constitucional seria muito difícil sustentar qualquer tese contra o resultado das urnas, mas ele insistiria no debate mais um pouco.

Em 1 de novembro saía a seguinte publicação:

A tese de que a eleição do Presidente da República deve ser feita por maioria absoluta e não por maioria relativa está sendo debatida nos meios jurídicos e políticos e, conseqüentemente, na imprensa – que é o reflexo da opinião nacional. Ao discuti-la, exercem os juristas e parlamentares, assim como os jornalistas, um direito que a Constituição lhes assegura. A tese tem fundamento bastante para que possa ser examinada com seriedade. O chefe do Governo de uma nação não pode ser apenas o

¹³⁴ **Tribuna da Imprensa**, 27 de outubro de 1950. P. 1.

¹³⁵ **Tribuna da Imprensa**, 27 de outubro de 1950. P. 4.

¹³⁶ Idem.

¹³⁷ **Tribuna da Imprensa**, 31 de outubro de 1950. P. 1.

¹³⁸ **Tribuna da Imprensa**, 31 de outubro de 1950. P. 10.

representante de uma facção, dono de uma clientela eleitoral apenas relativamente majoritária, e sim o representante de, pelo menos, metade e mais um dos cidadãos que compareceram às urnas. Ele não é o chefe de um bando, mas o líder da Nação. E ninguém lidera, no Governo, a minoria¹³⁹.

Nesse tocante, as críticas partiriam diretamente à “incompletude” da Constituição de 1946:

A Constituição atual é omissa nesse ponto. Mas omissa de todo. Não fala nem em maioria. É natural, portanto, e de todo compreensível, que a tese da maioria absoluta ou da maioria relativa seja discutida¹⁴⁰.

Por fim, em 03 de novembro Lacerda escrevia seu editorial “A maioria absoluta nas Constituições brasileiras” que, criticando as Cartas de 1934 e 1946, tentava fundamentar seu argumento baseado na Carta Magna de 1891, a primeira republicana:

A Constituição de 1891 passou por várias mãos e sofreu várias emendas antes de ser promulgada. O texto definitivo substituiu a eleição indireta pela direta e manteve o princípio da maioria absoluta dos votos como condição para considerar-se eleito o Presidente da República. A primeira Constituição republicana do Brasil, portanto, firmou a doutrina da maioria absoluta como critério para que se considere eleito o Presidente e o Vice-Presidente da República. A segunda, de 1934, foi omissa. A de 1946 é omissa. Esta não diz expressamente se o Presidente deve ser considerado eleito por maioria absoluta ou relativa. Que se deve, entender, então? Se a lei é omissa, o que regula é a doutrina já firmada. Esta só pode ser a Carta de 1891¹⁴¹.

Nas semanas que se seguiram diversas matérias foram publicadas versando a insistente tese da maioria absoluta, atacando juristas, criticando a doutrina da época, traçando comparações com países “mais adiantados” os quais previam em suas Constituições o dispositivo para a vitória nas urnas, ou seja, esgotando ao máximo toda e qualquer possibilidade que ainda existia para a impugnação do candidato eleito do PTB-PSP. Tudo, entretanto, em vão. O Tribunal Superior Eleitoral após negar a liminar judicial, apresentada por Aliomar Baleeiro e Carlos Lacerda, rejeitou posteriormente o recurso que ambos tentaram impetrar. O ano de 1950 terminava com uma amarga derrota para Lacerda, mas, como diria ele, “convicto de meus princípios republicanos oposicionistas”¹⁴².

¹³⁹ **Tribuna da Imprensa**, 1 de novembro de 1950. P. 1.

¹⁴⁰ *Idem*.

¹⁴¹ **Tribuna da Imprensa**, 3 de novembro de 1950. P. 4.

¹⁴² LACERDA, Carlos. **Depoimento**. 3 Ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1987. P. 143.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste trabalho tentamos mostrar que, a partir da experiência democrática após 1945, o Brasil viveu momentos de transformações – organização dos partidos políticos e eleições para a presidência da República e para o Poder Legislativo –, atravessando tensões políticas que ganhavam maiores proporções na medida em que o jornalista e político Carlos Lacerda escrevia através de seu jornal **Tribuna da Imprensa**. No período de transição do Governo Dutra para o próximo presidente eleito, observamos o volume de publicações nos periódicos tratando da questão presidencial com apreensão e cautela.

Os partidos tentavam se estruturar e construir chapas que pudessem assegurar um candidato único para o posto mais alto do país, mas os percalços e dificuldades enfrentados foram diversos. Com dois partidos de base governista (PTB e PSD), a UDN representava a maior força opositora e Lacerda era seu principal porta-voz. As contradições e cisões eram constantes e o público leitor podia observar como havia incertezas no meio político. Por um lado, os antigetulistas aplaudiam Lacerda por seus ataques aos partidos governistas. Por outro, os governistas tentavam propagar a “leviandade” das publicações da **Tribuna**, como fruto de uma oposição irrelevante e personalista.

A oposição de Lacerda às coligações partidárias dava mostras de seus ideais políticos voltados para a formação de opinião pública em busca de algo novo, que diferisse da herança getulista. Assim, nossas análises das publicações de Lacerda sobre as alianças partidárias revelam que, na verdade, seus ataques e críticas giravam em torno de qualquer aproximação de partidos com o PTB, como se seu foco fosse a não permitir que o PTB governasse o Brasil, principalmente se o candidato fosse Getúlio Vargas. Ou seja, considerando a coligação partidária sinônimo de possibilidade de vitória no pleito eleitoral, Lacerda antecipava-se para destruir a imagem tanto dos partidos quanto dos candidatos, fossem eles quem fosse.

Por isso sua preocupação com a proximidade do PTB com o PSD – partido de força política eleitoral – e, posteriormente, com a formalização da união PTB-PSP porque percebia as chances de vitória. E, mesmo com a conquista democrática do PTB-PSP, o jornalista persistiu com a retórica para deslegitimar as eleições presidenciais de 1950 com o argumento de que “a maioria absoluta que não veio”.

FONTES E REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Fontes:

Câmara dos Deputados > Detalhes da Norma > **Decreto-Lei nº 7.586 de 28 de Maio de 1945**. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-7586-28-maio-1945-417387-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso: 25/07/2018.

Câmara dos Deputados > Legislação > Detalhes da Norma > **Constituição de 1946**. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/consti/1940-1949/constituicao-1946-18-julho-1946-365199-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso: 11/11/2018.

Decreto-Lei nº 7.586, de 28 de maio de 1945. Ver: <http://www.jusbrasil.com.br/diarios/DOU/1945/05/28/Secao-1>. Acessado em 25/07/2018.

Diário da Noite (26 de agosto de 1950). Ver: http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=221961_03&pasta=ano%20195&pesq. Acessado em 14/11/2018.

LACERDA, Carlos. **Depoimento**. 3 Ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1987.

FGV-CPDOC. **União Democrática Nacional (UDN)**. Ver: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/uniao-democratica-nacional-udn>. Acesso: 17/08/2018.

Relação dos Fundadores do PSD. Disponível em: http://www.tse.jus.br/hotsites/registro_partidario/psd/arquivos/fundadores.pdf. Acessado em 30/07/2018.

Relação dos Fundadores da UDN. Disponível em: http://www.tse.jus.br/hotsites/registro_partidario/udn/arquivos/Fundadores.pdf. Acessado em 25/07/2018.

Tribuna da Imprensa (1949-1950). Ver: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=154083_01&PagFis=1. Acessado em 02/07/2018.

Tribunal Superior Eleitoral > **Lei Agamenon**. Disponível em: <http://www.tse.jus.br/eleitor/glossario/termos/lei-agamenon>. Acesso: 20/07/2018.

Referências Bibliográficas:

BENEVIDES, Maria Victoria de Mesquita. **A UDN e o udenismo: as ambiguidades do liberalismo brasileiro (1945-1965)**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

BERSTEIN, Serge. Os Partidos. In RÉMOND, René. **Por uma História Política**. Rio de Janeiro: Ed. FGV/UFRJ, 1996.

BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de Política**. 11 Ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2010.

CARVALHO, Eder Aparecido. PSD, UDN E PTB: os três grandes partidos da Terceira República. In **Revista Eletrônica de Ciências Sociais**. Ano I, Edição 01, Fevereiro/2007. Disponível em: <https://csonline.ufjf.emnuvens.com.br/csonline/article/view/346>. Acesso: 25/10/2018.

Centro Dom Vital. Ver: <http://fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/centro-dom-vital>. Acesso: 05/09/2018.

CHACON, Vamireh. **História dos partidos brasileiros: discurso e práxis dos seus programas**. 3. Ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998.

Composição dos Ministros do Supremo Tribunal Federal. Ver: <http://www.stf.jus.br/portal/ministro/verMinistro.asp?periodo=stf&id=100>. Acesso: 20/08/2018.

D'ARAÚJO, Maria Celina Soares. **Sindicatos, carisma e poder: o PTB de 1945-65**. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1996.

DELGADO, Lucília de Almeida Neves. Partidos políticos e frentes parlamentares: projetos, desafios e conflitos na democracia. In FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (orgs). **O Brasil Republicano - o tempo da experiência democrática: da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964**. 5 Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013.

DELGADO, M. Paiva. **“O golpismo democrático”**: Carlos Lacerda e o jornal Tribuna da Imprensa na quebra da legalidade (1949-1964). Dissertação de Mestrado. Juiz de Fora: UFJF, 2006.

DELGADO, M. Paiva. Lacerdismo: a mídia como veículo de oposição na experiência democrática (1946-1964). In **Locus, Revista de História**. Juiz de Fora, 2016. Ver: <https://locus.ufjf.emnuvens.com.br/locus/article/view/2703>. Acesso: 10/08/2018.

DELGADO, M. Paiva. **As raízes do lacerdismo: o antigetulismo de Carlos Lacerda do fim do Estado Novo à volta de Getúlio Vargas ao Palácio do Catete**. Artigo UFJF. Ver: <http://www.ufjf.br/virtu/files/2010/05/artigo-7a17.pdf>. Acesso: 17/08/2018.

DINES, Alberto. Entrevista fornecida ao projeto “Memória da Imprensa Carioca” em 21 de agosto de 2002. Rio de Janeiro: UERJ. Ver: http://www2.uerj.br/~cte/download/alberto_dines.pdf. Acesso: 01/11/2018.

DULCI, Otávio Soares. **A UDN e o anti-populismo no Brasil**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1986.

DULLES, John W. F. **Carlos Lacerda**. A vida de um lutador (1914-1960). Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1992.

FGV-CPDOC. **Carlos Lacerda**. Ver: <https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/brasil/dhbb/Carlos%20Lacerda.pdf>. Acesso: 09/08/2018.

FGV-CPDOC. **E ele voltou... o Brasil no segundo governo Vargas**. Ver: <https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas2/artigos/PreparandoaVolta/Candidatura1950>. Acesso: 07/11/2018.

FGV-CPDOC. **Entre dois governos: 1945-1950 > Redemocratização e eleições de 1945**. Ver: <https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas2/artigos/DoisGovernos/Redemocratizacao>. Acesso: 01/09/2018.

FGV-CPDOC. **Preparando a volta: de São Borja para o Catete - O fracasso das "fórmulas" e a candidatura Vargas em 1950**. Ver: <https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas2/artigos/PreparandoaVolta/Candidatura1950>. Acesso: 03/11/2018.

FERREIRA, Jorge. A democratização de 1945 e o movimento queremista. In FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (orgs). **O Brasil Republicano - o tempo da experiência democrática: da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964**. 5 Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013.

GOMES, Ângela Maria de Castro; D'ARAÚJO, Maria Celina Soares. **Getulismo e trabalhismo: tensões e dimensões do Partido Trabalhista Brasileiro**. Rio de Janeiro: CPDOC, 1987. Disponível em: <https://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/6595/785.pdf>. Acesso: 20/07/2018.

GOMES, Ângela de Castro. **Uma breve história do PTB**. Rio de Janeiro: CPDOC, 2002. Conferência realizada no I Curso de Formação e Capacitação Política, em 12 de julho de 2002 na sede do PTB em São Paulo. Disponível em: <https://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/6769/1280.pdf>. Acesso: 20/07/2018.

LATTMAN-WELTMAN, Fernando. Imprensa carioca nos anos 50: os “anos dourados.” In: ABREU, Alzira Alves de. **A imprensa em transição**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1996.

LAURENZA, Ana Maria de Abreu. **Lacerda X Wainer - o Corvo e o Bessarabiano**. 2 Ed. São Paulo: Editora Senac, 1998.

MOTTA, Marly Silva. Carlos Lacerda: de demolidor de presidentes a construtor de estado. In **Nossa História**. Rio de Janeiro: FGV-CPDOC, 2005. Ver: https://cpdoc.fgv.br/producao_intelectual/arq/1677.pdf. Acesso: 10/08/2018.

NEGRO, Antonio Luigi; SILVA, Fernando Teixeira da. Trabalhadores, sindicatos e política (1945-1964). In FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (orgs). **O Brasil Republicano - o tempo da experiência democrática:** da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964. 5 Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013.

PAULA, Christiane Jalles de. **O bom combate:** Gustavo Corção na imprensa brasileira (1953-1976). Rio de Janeiro: Editora FGV, 2015.

RÉMOND, René. **Por uma História Política.** Rio de Janeiro: Ed. FGV/UFRJ, 1996.

SOARES, Gláucio Ary Dillon. **A democracia interrompida.** Rio de Janeiro: Editora FGV, 2001.

DECLARAÇÃO DE AUTENTICIDADE

Eu, José Fhanoel da Silveira Ribeiro, declaro para todos os efeitos que o trabalho de conclusão de curso intitulado *Carlos Lacerda, Tribuna da Imprensa e o PTB nas Eleições Presidenciais de 1950: forças políticas em disputa* foi integralmente por mim redigido, e que assinalaí devidamente todas as referências a textos, ideias e interpretações de outros autores. Declaro ainda que o trabalho nunca foi apresentado a outro departamento e/ou universidade para fins de obtenção de grau acadêmico.

Brasília, 07 de dezembro de 2018.



José Fhanoel da Silveira Ribeiro